



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 16/2024

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60.130-160, por meio da Comissão de Seleção dos Editais de Chamamento Público vinculados à Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas constituída através da **Portaria SPS nº 330/2024**, publicada no Diário Oficial do Estado dia 02 de agosto de 2024, torna público o presente Edital com objetivo de selecionar organização da sociedade civil – OSC para execução do **Projeto Estação do Cuidado** parametrizado pela SPS, através de Termo de Colaboração, no âmbito da **Política sobre Drogas**.

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. Além da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, da Constituição Estadual e da Lei Ordinária Estadual nº 15.175/2012, o presente edital tem como fundamento:

- a) a Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações;
- b) a Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações;
- c) o Decreto Estadual nº 32.810/2018 e suas alterações;
- d) a Lei Estadual nº 18.430/2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024); e
- e) as demais legislações aplicáveis à política pública de que trata este instrumento convocatório.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital selecionar organização da sociedade civil - OSC a fim de estabelecer mútua cooperação com a SPS para execução de ações finalísticas no âmbito da Política sobre Drogas.

2.2. A(s) OSC(s) interessada(s) poderá(ão) apresentar proposta de execução para o seguinte lote:



Tabela 1:

POLÍTICA PÚBLICA	LOTE	PROJETO / PROGRAMA	PÚBLICO-ALVO	VALOR DE REFERÊNCIA	PRAZO DE EXECUÇÃO
Política sobre Drogas	01	Projeto Estação do Cuidado	Pessoas em situação de vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo pessoas em situação de rua.	R\$ 1.320.000,00	12 meses contados a partir da data de Celebração

2.3 Os recursos destinados à execução da parceria de que trata este Edital são provenientes do orçamento da Secretaria da Proteção Social – SPS, por meio do PROGRAMA 161 - PROMOÇÃO DA INCLUSÃO SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA SOBRE DROGAS, na REGIÃO 03 – GRANDE FORTALEZA, de acordo com a(s) classificação(ões) orçamentária(s) abaixo, sem prejuízo da inclusão de outras eventualmente criadas ou modificadas:

47100010.14.301.161.10725.03.335041.1.5009100000.0

3. DA JUSTIFICATIVA

A vulnerabilidade social é um problema que assola historicamente a humanidade, sendo um questão de saúde pública, haja vista os impactos dessa condição que influenciam o desenvolvimento de outras problemáticas, como o uso de álcool e outras drogas. O Brasil, um país em desenvolvimento, também sofre com as disparidades estruturais e sociais, sendo que um dos impactos resulta no aumento dos riscos de transtornos mentais, do uso de álcool e outras drogas, além do crescimento de indivíduos em situação de rua, o que impacta diretamente na saúde mental. O meio em que se vive está vinculado ao acesso a serviços básicos, sendo importante incorporar estratégias multidimensionais para proporcionar a essa população o suporte mínimo para enfrentar os obstáculos advindos das desigualdades sociais.



Observa-se que essa população, por vezes, não possui acesso a espaços voltados a realizar as necessidades básicas de vida como tomar um banho, escovar os dentes, usar um sanitário, fazer a barba, lavar roupas; além de dificuldade de acesso a serviços de saúde, assistência social, cidadania, cultura, lazer, entre outros.

Segundo o Censo 2021, realizado pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, há 2.653 pessoas em situação de rua na capital cearense e grande parte está concentrada na Regional 12 (36,7%), que contempla os territórios do Centro, Moura Brasil e Praia de Iracema. Também em 2021, foi realizado o Levantamento de Cenas de Uso em Capitais - LECUCA, no município de Fortaleza, após análise dos territórios da capital, o Oitão Preto (Moura Brasil) foi identificado como cena de uso (15 indivíduos usando crack por 3 dias consecutivos) e foco para pesquisa. Os dados apresentados reforçam a necessidade de uma atenção da rede de atenção psicossocial em decorrência dos baixos índices de acesso aos serviços, ações voltadas a educação em decorrência da baixa escolaridade e o fortalecimento de iniciativas de reinserção social tendo em vista o grande número de indivíduos que já tiveram atividades remuneradas e que têm interesse ocupacional.

A Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas - Sexec PSD que faz parte da estrutura da Secretaria da Proteção Social - SPS do Governo do Estado do Ceará, atualmente, dispõe de dispositivos de atendimento ao público, como o Centro de Referência sobre Drogas, que oferece serviços como acolhimento, orientação, atendimento com equipe multidisciplinar, grupos reflexivos, encaminhamento para a Rede de Atenção, atividades de reinserção social, entre outros, voltados a pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e seus familiares. Complementando essa iniciativa, há o projeto “Estação Móvel - políticas sobre drogas”, cuja equipe multidisciplinar, composta por psicólogo, assistente social, enfermeiro, redutor de danos, realiza abordagens de campo em territórios de extrema vulnerabilidade social, contemplando ainda pessoas em cenas de uso e em situação de rua. Esta equipe itinerante segue um cronograma semanal, buscando ampliar territórios e proporcionando que as políticas públicas sobre drogas possam chegar mais perto do público, facilitando o acesso aos serviços.



Com a inovação nas práticas relacionadas ao resgate da cidadania e atenção integral ao usuário de álcool e outras drogas e/ou pessoas em situação de rua, pretende-se alcançar resultados como uma aproximação do público nessa condição com as equipes das ações de órgãos instituições parceiros do Governo do Estado do Ceará, para que possam construir vínculo com as pessoas, atuar na perspectiva da singularidade e protagonismo de cada indivíduo (até então, pessoas invisibilizadas socialmente), acompanhar casos, articular a rede, ofertar acolhimento e cuidado, minimizando as dificuldades enfrentadas por este público em situação de rua, sendo parte dele, inclusive, usuário de álcool e outras drogas.

O projeto é inovador para promoção da saúde, cidadania, justiça e reinserção social dessas pessoas que se encontram em extrema vulnerabilidade social, já tendo a proposta sido compartilhada com o Movimento de Pessoa em Situação de Rua e conselheiros do Conselho Estadual de Pessoas em Situação de Rua, e diversos órgãos do Governo do Estado do Ceará e instituições parceiras, com reconhecimento e validação dos mesmos, o que poderá gerar um serviço de excelência, de grande relevância social, com impacto positivo na vida dos beneficiários e na articulação da rede de serviços locais.

Desse modo, é nítida a importância de políticas públicas voltadas ao público em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo as pessoas em situação de rua, visando à melhoria da qualidade de vida.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil que se enquadrem na definição dada pelo art. 2º, I, da Lei Federal nº 13.019/2014, e que os atos constitutivos contenham a previsão de finalidade ou atividade compatível com a proposta apresentada.

4.2. Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) estar cadastrada no e-Parcerias, através do endereço eletrônico: <http://e-parcerias.cge.ce.gov.br>, devendo tal condição ser comprovada através de Certidão de Regularidade e Adimplência emitido pelo citado sistema, a ser apresentada no momento da entrega da proposta;



b) declarar, conforme modelo constante no **ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no presente Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, devendo tal documento ser apresentado no momento da entrega da proposta;

c) apresentar proposta e documentos de avaliação exigidos no item 6.4.1.1, contendo informações que atendam aos itens e seus respectivos critérios de julgamento estabelecidos na Matriz de Avaliação constante do **ANEXO II**, às exigências contidas no item 6.4.5 deste Edital e ao **ANEXO III – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA**.

4.3. Compete à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará – CGE a validação do cadastramento de parceiro de que trata a alínea “a” do item 4.2, não possuindo a SPS ingerência sobre o citado cadastro, cabendo **exclusivamente** à OSC, com a máxima antecedência, providenciar as diligências necessárias à finalização, além da manutenção de suas informações cadastrais atualizadas.

4.4. Será celebrado apenas 1 (um) Termo de Colaboração para o lote indicado no item 2 deste Edital.

4.5. A participação no presente Edital é gratuita, cabendo ao proponente arcar com todos os custos decorrentes da elaboração da(s) proposta(s) e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da SPS.

5. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

5.1. A Comissão de Seleção é o colegiado destinado a processar e julgar o presente Edital de Chamamento Público, sendo composta por, no mínimo, 3 (três) membros, detentores de capacidade técnica, sendo pelo menos 1 (um) servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública estadual.

5.2. A Comissão é investida de autonomia e independência quanto às suas avaliações, as quais serão feitas em conformidade com a Matriz de Avaliação, constante do **ANEXO II**.

5.3. Deverá se declarar impedido o membro da Comissão que tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado,



dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse.

5.3.1. A declaração de impedimento de membro da Comissão não obsta a continuidade do processo de seleção.

5.3.2. Configurado o impedimento, deverá ser designado, através de Portaria, membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

5.4. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado.

5.5. A Comissão poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas OSCs concorrentes, para verificar o seu desempenho no sistema e-Parcerias ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

6. DA FASE DE SELEÇÃO

6.1. O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

6.2. A fase de seleção observará as seguintes etapas:

Tabela 2:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
01	Divulgação do Edital de Chamamento Público	20/09/2024 a 22/10/2024
02	Envio das propostas pelas OSCs	23/10/2024 a 07/11/2024 Horário: 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:30
03	Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção	08/11/2024 a 11/11/2024
04	Divulgação do resultado preliminar	12/11/2024



05	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	13/11/2024 a 18/11/2024
06	Divulgação das interposições dos recursos	19/11/2024
07	Interposição de contrarrazões	20/11/2024 a 25/11/2024
08	Análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção	25/11/2024 a 28/11/2024
09	Divulgação da análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção	29/11/2024
10	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção	02/12/2024
11	Etapa de Celebração (ver art. 44 do Decreto Estadual nº 32.810/2018)	03/12/2024 a 19/12/2024

6.3. Etapa 1: Divulgação do Edital de Chamamento Público

6.3.1. O presente Edital será divulgado na página do sítio eletrônico oficial da Secretaria da Proteção Social – SPS: www.sps.ce.gov.br, em área específica destinada ao Edital de Chamamento Público, por 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do Edital.

6.4. Etapa 2: Envio das propostas pelas OSCs

6.4.1. O prazo para apresentação de propostas e documentos de avaliação será de 15 (quinze) dias, contado do fim do prazo de divulgação do Edital.

6.4.1.1. Para os fins deste Edital, são os documentos de avaliação:

- a) a Certidão de Regularidade e Adimplência, a fim de comprovar tão somente o cadastro no E-parcerias;
- b) a Declaração de Ciência e Concordância, de acordo com o modelo constante do **ANEXO I**;
- c) o detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos, através de memória de cálculo, contendo a descrição dos itens a serem contratados ou adquiridos com recurso da parceria, a unidade de medida correspondente, a quantidade, o valor unitário, o valor total do item e a



natureza da despesa, em conformidade com a parametrização de custos constante do **ANEXO III**.

III – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA;

- d) a Ata de eleição e posse do quadro dirigente atual da OSC;
- e) o Portfólio da OSC, contendo a comprovação documental das experiências relativas ao item (D) da Matriz de Avaliação e a descrição minuciosa destas, das atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados e impactos alcançados, dentre outras informações relevantes;
- f) comprovação de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e o comprovante de Entrega de Documentação Anual, referente ao ano de 2023. A entidade deverá ser, portanto, da Assistência Social;

6.4.2. A proposta e os documentos de avaliação deverão ser entregues pessoalmente no **Setor de Protocolo da SPS**, em envelope fechado com identificação da OSC e meios de contato, com o título **“Proposta – Edital de Chamamento Público nº 16/2024”** no seguinte endereço: Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora, Fortaleza – CE, CEP nº 60.130-160, no horário de 8h às 12h e de 13h às 16:30h, de segunda a sexta-feira.

6.4.2.1. A identificação dos envelopes deverá conter as seguintes informações:

Destinatário

Comissão de Seleção

Edital de Chamamento Público nº: _____

Lote: _____ (*)

*Identificar o lote de acordo com a Tabela 1, no item 2 do Edital

Remetente

Razão social da OSC: _____

Representante legal: _____

Telefone do representante legal: _____

*A razão social deve ser informada sem abreviaturas e por extenso.



6.4.2.2. Na ocasião da entrega do envelope será aberto um protocolo no VIPROC.

6.4.2.3. A proposta deverá ser em única via, impressa e encadernada, com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, sem rasuras e, ao final, assinada pelo representante legal da OSC proponente.

6.4.3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela SPS.

6.4.4. Cada OSC poderá apresentar apenas uma proposta por lote.

6.4.4.1. Caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise da Comissão de Seleção.

6.4.5. As propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexos com a atividade ou o projeto proposto;
- b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos;
- c) os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- d) o valor global.

6.5. Etapa 3: Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção

6.5.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes.

6.5.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 2 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado.

6.5.3. As propostas deverão ser apresentadas de acordo com o **ANEXO III - REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA**, e a sua não apresentação terá caráter eliminatório.

6.5.4. Os documentos de avaliação serão considerados e pontuados de acordo com a Matriz de Avaliação, constante do **ANEXO II**.

6.5.5. A falsidade de informações na proposta deverá acarretar a sua eliminação, podendo ensejar a aplicação de sanção administrativa contra a OSC proponente e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.



6.5.6. As OSCs que não cumprirem com as exigências do item 4.2 não terão suas propostas analisadas e, conseqüentemente, não avançarão para as etapas seguintes.

6.5.7. Serão eliminadas as propostas:

- a) cujo somatório de pontos atribuído por pelo menos 1 (um) dos membros da Comissão de Seleção for inferior à metade do total de pontos a ser atingido;
- b) que recebam nota “zero” em qualquer um dos critérios de julgamento dos itens (A), (B), (C), (D) ou (E) da Matriz de Avaliação;
- c) que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexó com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; o detalhamento das despesas e o valor global proposto;
- d) que estejam em desacordo com o Edital;
- e) com valor incompatível com o objeto da parceria e/ou inviável econômica e financeiramente, com base em avaliação da Comissão de Seleção à luz do orçamento disponível; ou
- f) iguais ou redigidas parcialmente (em qualquer proporção) idênticas à proposta apresentada por outra OSC participante deste edital, sendo eliminadas todas as propostas assim caracterizadas, independente da data de protocolo

6.5.8. As propostas não eliminadas serão classificadas em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base na Matriz de Avaliação, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por 3 (três) membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos itens.

6.5.9. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base nos seguintes critérios:

- a) maior pontuação obtida no item (A);
- b) maior pontuação obtida, sucessivamente, nos itens (D), (B) e (C);
- c) mais tempo de constituição;
- d) por sorteio, realizado na presença das OSCs empatadas.

6.5.10. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação



total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto.

6.5.11. Ao final da avaliação, a Comissão de Seleção deverá emitir parecer técnico sobre a proposta mais bem classificada, pronunciando-se expressamente sobre:

- a) o mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) a identidade e a reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;
- c) a viabilidade de sua execução.

6.6. Etapa 4: Divulgação do resultado preliminar

6.6.1. A SPS divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio eletrônico oficial do Órgão: www.sps.ce.gov.br, na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público, iniciando-se o prazo para recurso.

6.7. Etapa 5: Interposição de recursos contra o resultado preliminar

6.7.1. Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

6.7.2. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo no prazo indicado na Tabela 2, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão, não sendo conhecido recurso interposto fora do prazo.

6.7.3. Os recursos serão apresentados pessoalmente para registro no Setor de Protocolo da SPS, no mesmo endereço indicado no item 6.4.2.

6.7.4. É assegurado aos participantes ter acesso aos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo vedada a retirada de qualquer documentação referente ao Edital de Chamamento Público das dependências da SPS.

6.8. Etapas 6 e 7: Divulgação das interposições de recursos e interposição de contrarrazões

6.8.1. Interposto recurso, a SPS dará ciência deste fato aos demais interessados, em sua página oficial na internet, conforme Tabela 2, para apresentarem contrarrazões, se desejarem.



6.8.2. Caso o sítio oficial esteja indisponível para essa finalidade, a SPS dará ciência preferencialmente por meio eletrônico, para que os interessados apresentem suas contrarrazões, não sendo conhecidas as fora do prazo.

6.9. Etapa 8: Análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção

6.9.1. Havendo recursos e contrarrazões, a Comissão de Seleção os analisará.

6.9.2. Recebido o recurso e a contra razão, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão conforme Tabela 2.

6.9.3. A decisão final do recurso e contrarrazão, devidamente motivada, deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres anteriores, informações, decisões ou propostas, que, nesse caso, serão parte integrante do ato decisório, não cabendo novo recurso contra essa decisão.

6.9.4. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, sendo o início e fim exclusivamente em dia útil no âmbito da SPS.

6.9.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.10. Etapas 9 e 10: Divulgação da análise dos recursos e das contrarrazões pela Comissão de Seleção e homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção

6.10.1. Após o julgamento dos recursos e contrarrazões ou o transcurso do prazo sem interposição, a SPS divulgará as decisões recursais proferidas e o resultado final do processo de seleção, após homologado pela Secretária da Proteção Social, no sítio oficial do Órgão: www.sps.ce.gov.br, na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público.

6.10.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria, nos termos do art. 27, §6º, da Lei nº 13.019/2014.

6.10.3. Após o recebimento e análise das propostas, havendo uma única OSC com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, passado o prazo para interposição de recursos, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração, dispensando o prazo para interposição de contrarrazões e para análise dos recursos.



7. DA FASE DE CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

7.1. A fase de celebração observará as seguintes etapas:

Tabela 3:

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA
01	Apresentação e verificação dos requisitos e impedimentos para celebração	03/12/2024 a 18/12/2024
02	Apresentação do plano de trabalho	03/12/2024 a 18/12/2024
03	Vistoria de funcionamento	19/12/2024
04	Elaboração do instrumento	19/12/2024
05	Vinculação orçamentária e financeira	19/12/2024
06	Emissão do parecer jurídico	19/12/2024
07	Formalização do instrumento	19/12/2024
08	Publicidade do instrumento	19/12/2024

7.2. Etapa 1: Apresentação e verificação dos requisitos e impedimentos para celebração

7.2.1. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela Comissão de Seleção, do atendimento pela OSC selecionada dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na legislação.

7.2.2. A OSC que tiver sua proposta selecionada será convocada para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da convocação, demonstrar o atendimento do disposto no item 7.2.3 deste Edital.

7.2.3. Para a celebração do Termo de Colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

- ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado, estando dispensadas as organizações religiosas e as sociedades cooperativas;
- ser regida por normas de organização interna que prevejam, **expressamente**:



b.1) que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei nº 13.019/2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta, estando dispensadas as organizações religiosas e as sociedades cooperativas; e

b.2) escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

c) possuir:

c.1) no mínimo, 2 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

c.2) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano;

c.3) instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

c.4) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas;

d) estar em situação regular e adimplente no cadastro de parceiros gerenciado pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará - CGE. 7.2.3.1. Para atendimento da condição de regularidade cadastral e adimplência de que trata a alínea “d”, do item 7.2.3, será considerada a sua situação na data de assinatura do instrumento a ser celebrado, ficando a OSC dispensada de reapresentar a certidão que estiver vencida no momento da análise, desde que esteja disponível eletronicamente.

7.2.4. No momento da verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração de parceria, a Comissão de Seleção realizará consulta no sítio institucional da CGE/e-Parcerias para verificar se há informação sobre ocorrência impeditiva à referida celebração.

7.2.5. Ficará impedida de celebrar o Termo de Colaboração a OSC que:

a) não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

b) esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c) tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual, estendendo-se a vedação



aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas, não sendo considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;

d) tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

e) tenha sido punida, com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

e.1) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

e.2) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

e.3) sanções previstas nos incisos II ou III do art. 73 da Lei nº 13.019/2014;

f) tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

g) tenha entre seus dirigentes pessoas cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992;

h) tenha sido doadora, no último pleito, para a campanha eleitoral do Chefe do Poder Executivo Estadual; ou

i) tenha incorrido em infração civil no que tange à divulgação, por meio eletrônico ou similar, de notícias falsas sobre epidemias, endemias e pandemias no Estado do Ceará, na forma da Lei Estadual nº 17.207/2020, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 33.605/2020.

7.2.6. Para fins de comprovação dos requisitos do item 7.2.3 e de que não incorre nos impedimentos do item 7.2.5, a OSC deverá apresentar os seguintes documentos, acompanhado de Ofício em papel timbrado da OSC solicitando a celebração do Termo de Colaboração:



- a) cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014;
- b) cópia da Ata de Eleição e Posse do(a) Representante Legal, bem como cópia de seu RG e CPF;
- c) procuração Pública, em caso de assinatura de pessoa diversa do(a) representante legal da OSC no Plano de Trabalho e/ou Termo de Colaboração;
- d) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, 2 (dois) anos com cadastro ativo;
- e) Certidão de Regularidade e Adimplência emitida pela CGE, conforme art. 45, I do Decreto Estadual nº 32.810 de 2018;
- f) cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contato de locação.
- g) comprovante de Abertura da Conta da Parceria, entregue pela Caixa Econômica Federal, com dados da Conta Bancária específica e assinatura do responsável pela abertura ou comprovante de extrato “zerado”;
- h) comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 1 (um) ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
 - h.1) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil, sendo considerados instrumentos celebrados nos últimos 5 (cinco) anos;
 - h.2) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
 - h.3) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento, realizadas pela OSC ou a respeito dela;
 - h.4) currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;
 - h.5) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil,



movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

h.6) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela OSC;

i) relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme última Ata de Eleição e Posse, com nome completo, endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme **ANEXO VI – RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA OSC;**

j) declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 16 do Decreto Estadual nº 32.810/2018, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no **ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL;**

k) declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme **ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA;**

l) declaração de cumprimento da Lei Estadual nº 17.207/2020, conforme modelo do **ANEXO IX.**

7.2.7. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, sob pena de não celebração da parceria.

7.2.8. No período entre a apresentação da documentação prevista nesta etapa e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

7.2.9. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

7.2.10. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019/2014, na hipótese da OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na etapa 1 da fase de celebração, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.



7.2.11. Caso a OSC convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma desta etapa e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos, podendo o procedimento ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

7.2.12. Os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta etapa serão apresentados pessoalmente pela OSC selecionada para a Comissão de Seleção, na sede da SPS.

7.3. Etapa 2: Apresentação do Plano de Trabalho

7.3.1. Esta etapa consiste na apresentação do Plano de Trabalho, contendo ainda a respectiva memória de cálculo de que trata o item 6.4.1.1, “c”, nos moldes do **ANEXO V - PLANO DE TRABALHO**.

7.3.2. Por meio do Plano de Trabalho, a OSC selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção.

7.3.3. A Comissão de Seleção submeterá o Plano de Trabalho à área competente da SPS pela política pública de que trata a proposta, a qual emitirá Parecer Técnico com análise e manifestação acerca das exigências das alíneas “d”, “e”, “g” e “h”, do inciso V do art. 35 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.3.4. O Plano de Trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) identificação da OSC;
- b) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexos com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;
- c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;
- d) forma de execução do objeto com a descrição das etapas, com seus respectivos itens;
- e) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;
- f) a previsão de receitas e estimativas de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos indiretos necessários à execução do objeto;
- g) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso;
- h) valor total do Plano de Trabalho;
- i) valor da contrapartida de bens e serviços, quando houver;



j) previsão de início e fim da execução do objeto, bem como da conclusão das etapas programadas.

7.3.5. A estimativa de despesas de que trata alínea “f” do item 7.3.4 deverá ser realizada mediante cotação prévia de preços no mercado, compreendendo o levantamento de, no mínimo, três propostas comerciais junto a fornecedores, com vistas à obtenção de preço mais vantajoso, conforme exigência do art. 49, §2º, do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

7.3.5.1. A cotação de preços deverá ser comprovada pela OSC mediante apresentação de documento emitido pelo fornecedor contendo, no mínimo, a especificação do bem ou serviço a ser fornecido, a quantidade, o preço unitário de cada item e o valor total da proposta, em moeda corrente nacional.

7.3.5.2. O documento do fornecedor de que trata o subitem anterior deverá ser assinado pelo responsável ou representante legal do fornecedor, se apresentado em meio físico, ficando dispensada a assinatura, caso apresentado por meio eletrônico.

7.3.5.3. Quando a OSC não obtiver o número mínimo de proposta de fornecedores ou se tratar de despesa não passível de realização de cotação, a estimativa de despesas de que trata o item “f” do item 7.3.4. poderá ser comprovada pela apresentação de elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, tais como tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público.

7.3.6. As despesas do Plano de Trabalho deverão ser especificadas com todos os critérios de aferição do valor de mercado do bem e/ou serviço contratado e, em caso de descrição insuficiente ou insatisfatória da despesa, será solicitada a sua complementação ou exclusão.

7.3.7. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral, efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei nº 13.019/2014, sendo recomendada a leitura integral desta legislação, não podendo a OSC ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

7.3.8. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho:



a) remuneração da equipe encarregada da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação, nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto.

7.3.8.1. A OSC deverá considerar, para estimativa dos custos indiretos de que trata a alínea “c”, o rateio da despesa de forma proporcional à necessidade do item para sua utilização particular e pelo projeto ou programa, não sendo autorizado o pagamento integral da despesa com recursos da parceria se constatada a utilização para fins exclusivos da entidade. **7.3.8.2.** São considerados custos indiretos, dentre outros, o aluguel da sede do programa ou projeto, serviços de contabilidade, combustível, fornecimento de energia elétrica, gás, água, serviço de esgoto e telefone.

7.3.9. As despesas previstas no plano de trabalho devem estar de acordo com a legislação vigente, sendo vedado o pagamento de despesas com:

a) taxa de administração, de gerência ou similar, da parceria;

b) remuneração, a qualquer título, a servidor ou empregado público ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional;

c) multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pelo órgão ou entidade concedente;

d) clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do gestor do órgão responsável para celebração do convênio ou instrumento congêneres;



- e) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto do convênio ou instrumento congêneres, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores da concedente, do convenente e do interveniente;
- f) bens e serviços fornecidos pelo convenente, interveniente, seus dirigentes ou responsáveis, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) bens ou serviços que tenham sido adquiridos antes ou após a vigência do convênio ou instrumento congêneres;
- h) obras e serviços de engenharia.

7.3.10. As despesas inseridas no Plano de Trabalho serão objeto de avaliação da área técnica de que trata o item 7.3.3. e pela Assessoria de Controle Interno da SPS.

7.4. Etapa 3: Vistoria de funcionamento

7.4.1. Compete à SPS realizar vistoria na sede da OSC cujo Plano de Trabalho tenha sido aprovado para verificação do seu regular funcionamento.

7.4.2. A verificação de que trata o item anterior será formalizada por meio de Nota de Funcionamento, que deverá considerar o local e as condições de funcionamento.

7.4.3. A Nota de Funcionamento será validada anualmente, sem prejuízo da atuação do Órgão Central de Controle Interno do Poder Executivo.

7.5. Etapa 4: Elaboração do instrumento

7.5.1. Compete à SPS a elaboração da minuta da parceria, conforme o disposto no art. 54 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

7.6. Etapa 5: Vinculação orçamentária e financeira

7.6.1. Compete à SPS providenciar a adequação orçamentária e financeira, de acordo com a legislação vigente.



7.7. Etapa 6: Emissão do parecer jurídico

7.7.1. A área responsável pelo assessoramento jurídico da SPS emitirá parecer jurídico quanto à compatibilidade da parceria à legislação vigente, inclusive as condições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme o art. 59 do Decreto Estadual nº 32.810, de 2018.

7.8. Etapa 7: Formalização do instrumento

7.8.1. Compete à área responsável pelo assessoramento jurídico da SPS elaborar o termo final do instrumento de parceria para formalização pela autoridade competente, conforme o art. 60 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

7.8.2. A formalização da celebração da parceria dar-se-á com a assinatura dos partícipes, devendo a data de assinatura ser considerada como a de início da vigência.

7.9. Etapa 8: Publicidade do instrumento

7.9.1. Compete à área responsável pelo assessoramento jurídico da SPS providenciar a publicação da íntegra do instrumento de parceria formalizado, inclusive termo aditivo, no Portal da Transparência do Estado do Ceará, nos termos do art. 30 da Lei Complementar nº 119/2012.

8. DA CONTRAPARTIDA

8.1. Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada, nos termos do art. 35, §1º da Lei 13.019/2014.

9. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

9.1. As Organizações da Sociedade Civil deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de seleção previsto neste chamamento público, bem como na etapa de celebração e execução do objeto da parceria.

9.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

a) prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de chamamento público ou na execução da parceria;



- b) prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de seleção ou de execução da parceria;
- c) prática conluída: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais OSCs participantes deste chamamento, visando fraudar o processo de seleção ou de execução da parceria;
- d) prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo de chamamento público ou afetar a execução da parceria.
- e) prática obstrutiva: (1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes da Administração Pública, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista neste subitem; (2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito da Administração Pública de promover inspeção.

9.3. A Administração Pública, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 13.019/2014 se comprovar o envolvimento de representante da Organização da Sociedade Civil em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer do Chamamento Público ou na execução do instrumento de parceria, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Complementar nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto Estadual nº 32.810/2018 e da legislação específica, a SPS poderá aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão;
- c) declaração de inidoneidade.

10.1.1. A sanção de advertência tem caráter preventivo e será aplicada quando verificadas impropriedades praticadas pelo conveniente no âmbito da parceria que não justifiquem a aplicação de penalidade mais grave.



10.1.2. A sanção de suspensão temporária será aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, execução ou prestação de contas do convênio ou instrumento congênere e não se justificar a imposição da penalidade mais grave, considerando a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para a administração pública estadual.

10.1.2.1 A sanção de suspensão temporária impede o conveniente de participar de chamamento público e celebrar convênios, instrumentos congêneres ou contratos com órgãos e entidades da administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.1.3. A sanção de declaração de inidoneidade impede o conveniente de participar de chamamento público e celebrar convênio, instrumento congênere ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que ocorrerá quando o conveniente ressarcir a administração pública estadual pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “b” do item 10.1.

10.2. As sanções estabelecidas são de competência exclusiva do Secretário Titular da SPS, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

10.3. As sanções aqui estabelecidas também poderão ser aplicadas pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, no âmbito de sua atuação enquanto Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

10.4. Da decisão administrativa que aplicar as sanções previstas neste Edital caberá recurso administrativo para a defesa do interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de abertura de vistas dos autos processuais.

10.5. Prescreve no prazo de 5 (cinco) anos a aplicação das sanções previstas neste Edital, contado da data da apresentação da prestação de contas ou do fim do prazo de sua apresentação, no caso de omissão no dever de prestar contas.

10.5.1. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.



10.6. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O presente Edital e seus atos serão divulgados no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Proteção Social – SPS na internet: www.sps.ce.gov.br, na área específica destinada ao Edital de Chamamento Público.

11.2. Este Edital de Chamamento Público deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado – DOE na forma do art. 21 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

11.3. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital ou apresentar pedido de esclarecimento, decorrente de dúvidas na interpretação deste Chamamento, com antecedência mínima de 10 (dias) dias da data limite para envio das propostas, de forma eletrônica (sexecdrogas@sps.ce.gov.br) ou protocolada na sede da SPS à Comissão de Seleção, cabendo a esta a resposta.

11.3.1. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital, devendo as respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serem juntados nos autos do processo de chamamento público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

11.3.2. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

11.4. A Comissão de Seleção resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

11.5. O presente Edital poderá ser revogado a qualquer tempo por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

11.6. A OSC participante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Chamamento Público, podendo acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para



apuração do cometimento de eventual crime, a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas.

11.6.1. Caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019/2014.

11.7. A vigência do presente Edital será análoga ao Plano Plurianual vigente, a contar da data da homologação do resultado definitivo.

11.8. O instrumento de parceria de que trata este Edital será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas.

11.9. A seleção de propostas não obriga a SPS a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

11.10. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria.

11.11. Constituem anexos do presente Edital, dele sendo parte integrante:

- a) ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA;**
- b) ANEXO II – MATRIZ DE AVALIAÇÃO;**
- c) ANEXO III – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA;**
- d) ANEXO IV - PLANO DE TRABALHO;**
- e) ANEXO V – RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA OSC;**
- f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL;**
- g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA**
- h) ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI ESTADUAL Nº 17.207/2020;**
- i) ANEXO IX – MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO.**

Fortaleza - CE, 20 de setembro de 2024.



ANEXO I – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a [identificação da organização da sociedade civil – OSC] está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 16/2024 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção e celebração.

Local-UF, ____ de _____ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



ANEXO II – MATRIZ DE AVALIAÇÃO

SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS
 COMISSÃO DE SELEÇÃO DOS EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO VINCULADOS À SECRETARIA
 EXECUTIVA DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS
 COMISSÃO DE SELEÇÃO DO EDITAL Nº 16/2024 – PORTARIA Nº 330/2024 – DOE DE 02 DE AGOSTO DE
 2024

OSC PROPONENTE:	
PROCESSO Nº:	DATA DE ABERTURA DO PROCESSO:
LOTE:	

ANÁLISE DOS ITENS 4.2 E 6.4.1.1 - EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO	
MEMBRO DA COMISSÃO:	CPF Nº:
QUESITO	CONCLUSÃO
a) A OSC está cadastrada no Sistema e-Parcerias? (Item 4.2, “a”)	() SIM () NÃO
b) A OSC apresentou Declaração conforme modelo constante no ANEXO I – Declaração de Ciência e Concordância? (Item 4.2, “b”)	() SIM () NÃO
c) A OSC apresentou a proposta contendo o detalhamento das despesas através de memória de cálculo? (Item 6.4.1.1, “c”)	() SIM () NÃO
d) A proposta está assinada pelo representante legal da OSC? (Item 6.4.2.2)	() SIM () NÃO
e) A OSC apresentou a Ata de eleição e posse do quadro dirigente atual? (Item 6.4.1.1, “d”)	() SIM () NÃO
f) A OSC apresentou comprovante de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Municipal - CMAS e o comprovante de Entrega de Documentação Anual, referente ao ano de 2023 (Item 6.4.1.1. “ f”) - quando se aplicar	() SIM () NÃO
DECLASSIFICADA SEM ANÁLISE DA PROPOSTA	() SIM () NÃO
DATA DA ANÁLISE:	
ASSINATURA:	

ANÁLISE DA PROPOSTA					
MEMBRO DA COMISSÃO:				CPF Nº:	
ITEM	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR CRITÉRIO	PONTUAÇÃO MÁXIMA POR ITEM	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA	
				DO CRITÉRIO	DO ITEM

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/08/2024 às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024 às 16:37 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.

<p>(A) DA PROPOSTA: Informações sobre a adequação da proposta (ações a serem executadas, metas a serem atingidas, resultados a serem alcançados e o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações).</p> <p>OBS: A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.</p>	A proposta apresenta os quesitos “o que?”, “quando?” e “onde?”, bem como as ações que serão desenvolvidas durante o período de execução.	1,50	6,25		
	A proposta apresenta o cronograma das ações a serem executadas e coerência com atendimento à demanda.	1,00			
	As metas a serem atingidas estão elencadas de forma clara, com indicadores físicos (unidade e quantidade), valor total e período de execução (inicial e final).	1,00			
	A proposta apresenta os resultados a serem alcançados	1,00			
	A proposta apresenta o detalhamento das despesas, inclusive os custos indiretos, através de memória de cálculo, com informações suficientes para a aferição dos gastos, nos termos do item 6.4.1.1, “c”.	1,00			
	A proposta apresenta, de forma separada, as despesas diretas da execução do objeto e os custos indiretos.	0,50			
	A proposta apresenta valor global.	0,25			
<p>(B) DA ADEQUAÇÃO À POLÍTICA PÚBLICA: Adequação da proposta aos objetivos, princípios e diretrizes da política pública de que trata o item 2 do Edital.</p> <p>OBS: A atribuição de nota “zero” neste item implica em eliminação da proposta.</p>	A proposta apresenta objetivos, princípios e diretrizes adequados à política pública de que trata o item 2 do Edital	1,50	1,50		



<p>(C) DA CONTEXTUALIZAÇÃO : Descrição da realidade objeto da parceria e do nexo entre esta e atividade proposta OBS: A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.</p>	A proposta está contextualizada com dados de pesquisas recentes.	1,00	2,00		
	A proposta apresenta embasamento teórico com as devidas referências.	1,00			
<p>(D) DA CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL: Comprovar, por meio de portfólio, experiência na execução de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, destacando a capacidade de atendimento e a capilaridade da organização. OBS: A atribuição de nota “zero” em qualquer um dos critérios deste item implica em eliminação da proposta.</p>	Comprovar parcerias firmadas e experiências, em cumprimento ao item 7.2.6, “h”, para execução do mesmo objeto ou de natureza semelhante, sendo considerados instrumentos celebrados nos últimos 5 (cinco)anos. (Cada comprovação será equivalente a 0,25 ponto)	1,50	2,00		
	Comprovar atividades da instituição através de matérias em sítios eletrônicos, jornais, revistas, cartazes, publicações e/ou certificados de participações em eventos, dentre outros. (Cada comprovação será equivalente a 0,5 ponto)	0,50			
<p>(E) ORGANIZAÇÃO DA PROPOSTA: Atender aos critérios estabelecidos no item 6.4.2.3. OBS: A atribuição de nota “zero” neste item implica em eliminação da proposta.</p>	A proposta atendeu integralmente o item 6.4.2.3.	0,25	0,25		
<p>(F) MONITORAMENTO DA OSC: No caso da OSC já ter firmado Termo de Colaboração e/ou Fomento com a SPS nos últimos 5 (cinco) anos, será feita a análise do instrumento.</p>	Se houve rescisão do instrumento por razão não consensual.	Pontuação negativa de 10% (dez por cento) da totalidade dos pontos.			
PONTUAÇÃO POSITIVA TOTAL ATRIBUÍDA À PROPOSTA					
PONTUAÇÃO NEGATIVA TOTAL ATRIBUÍDA À PROPOSTA					
PONTUAÇÃO FINAL DA PROPOSTA					

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (Horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



ANÁLISE/PARECER:

DILIGÊNCIA PARECER:

DATA DA ANÁLISE:

ASSINATURA:

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (hoiário local do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



ANEXO III – REFERÊNCIAS E PARÂMETROS PARA A PROPOSTA

A) PROMOÇÃO DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE OU COM PROBLEMAS RELACIONADOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, INCLUINDO PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA., NO ÂMBITO DO PROJETO ESTAÇÃO DO CUIDADO

1. DA PROPOSTA

O Projeto Estação do Cuidado é coordenado pela Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas, da Secretaria da Proteção Social, e surgiu da necessidade de intensificar ações nas áreas de extrema vulnerabilidade social, especialmente, para as pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e/ou em cena de uso e/ou em situação de rua. Observa-se que essa população, por vezes, não possui acesso a espaços voltados a realizar as necessidades básicas de vida como tomar um banho, escovar os dentes, usar um sanitário, fazer a barba, lavar roupas; além de dificuldade de acesso a serviços de saúde, assistência social, cidadania, cultura, lazer, entre outros. Assim, propõe-se a instalação de uma estrutura adaptada para território com atuação de equipe multidisciplinar para atendimento a esse público como forma de assegurar o acesso a necessidades básicas de vida e serviços.

A proposta tem como objetivo promover ações integradas e intersetoriais voltadas ao fortalecimento de políticas públicas para pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo pessoas em situação de rua, mediante instalação de uma estrutura adaptada para território, dispondo de equipe multidisciplinar para atendimento a esse público, proporcionando a oferta de serviços voltados à garantia de direitos, promoção da saúde e cidadania e melhoria da qualidade vida.

A operacionalização das ações se dará sob uma abordagem integrada, direcionada ao acolhimento, favorecendo a promoção da autonomia, o exercício da cidadania e a participação social, incluindo a implementação de estratégias para a redução de danos e promoção da garantia de direitos.



O projeto servirá também como ponto de articulação para um cuidado compartilhado e integrado com as redes de saúde, assistência social e serviços ofertados por políticas públicas, potencializando a inclusão social.

A Organização da Sociedade Civil (OSC) deverá elaborar uma proposta específica para a atividade, considerando que, inicialmente, o território a ser contemplado com o projeto será o centro da capital cearense, mais especificamente nas proximidades da comunidade do Oitão Preto (Moura Brasil), diante de sua peculiaridade em ser considerado uma cena de uso.

A equipe multidisciplinar contará com carro de apoio e agentes sociais de rua, com possibilidade de serem do próprio território. Eles receberão bolsas de incentivo como forma de contribuir nas abordagens, cadastramento do público, acesso a cenas de uso, diálogo com a população, mobilização para as atividades, fortalecendo as ações de cuidado e reinserção social.

Entende-se que um ambiente acolhedor de cuidado, por meio da prestação de serviços e disponibilidade de profissionais qualificados, pode proporcionar às pessoas com problemas relacionados ao álcool e outras drogas, incluindo a população em situação de rua, a construção de vínculos e projetos de vida. Desse modo, contribui-se para o resgate da cidadania, a redução de recidivas criminais, o retorno ao ambiente familiar e a condução do projeto de vida que pode ter sido interrompido, entre outras novas possibilidades.

A justificativa da proposta deverá fundamentar a necessidade do projeto, diagnosticando a realidade socioeconômica e cultural dos usuários e do território, apresentando dados e indicadores sociais atualizados, incluindo análise das vulnerabilidades sociais, a partir de dados e informações de fonte oficial, articulado com práticas exitosas direcionadas a esse público.



A proposta deverá ainda:

- a) assegurar o acesso das pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo pessoas em situação de rua a serviços sociais, de saúde, justiça, dentre outros da rede de atenção contribuindo com a promoção da dignidade e resgate da cidadania;
- b) garantir um dispositivo de referência e apoio para contribuir na aproximação entre equipe multidisciplinar e população beneficiada;
- c) disponibilizar insumos de saúde e higiene voltados às necessidades humanas básicas;
- d) ofertar momentos voltados a habilidades socioemocionais, atenção social e à saúde favorecendo o acolhimento, a prevenção, o cuidado, a socialização e as oportunidades para reinserção social e profissional;
- e) proporcionar ações de campo por meio de abordagens, rodas de conversa, atividades lúdicas reduzindo os fatores de risco e fortalecendo os fatores de proteção aos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas com perspectiva de redução de danos sociais e à saúde;
- f) realizar encaminhamentos para a rede de atenção: saúde, assistência social e outras políticas de acordo com a necessidade do usuário;
- g) criar estratégias para fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
- h) fomentar a inserção da população atendida possa obter melhores oportunidades no mercado de trabalho, através da continuidade dos estudos, qualificação profissional e formas de geração de renda;
- i) promover a autonomia e incentivar o exercício da cidadania e participação social;
- j) ampliar e dinamizar as ações de cuidado e reinserção social da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas por meio de ações intersetoriais efetivas;

A OSC deverá seguir, obrigatoriamente, o modelo do Plano de Trabalho e demais anexos, indicados no Edital de Chamamento Público.

PÚBLICO-ALVO: Pessoas em situação de vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo pessoas em situação de rua.



Quadro 1: Demonstrativo do Lote 01

LOTE	METAS		VALOR	PERÍODO DE EXECUÇÃO
01	Cadastrar pessoas que são beneficiadas pelo serviço	1.000	R\$ 1.320.000,00	12 meses a partir da Data de Celebração
	Elaborar fluxos de linhas de atenção e cuidado ao público assistido (saúde, educação, assistência, qualificação profissional, cultura, justiça, entre outros)	10		
	Promover oficinas referentes a política sobre drogas com a rede de atenção	06		
	Realizar atendimentos individuais ou em grupo	31.680		
	TOTAL			

Características dos serviços a serem executados: As metas deverão atender ao público assistido pela equipe multidisciplinar. Para tanto, a OSC deverá cadastrar, pelo menos, 1.000 pessoas beneficiadas pelo serviço no território; realizar 31.680 atendimentos a pessoas em situação de vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas, incluindo pessoas em situação de rua por meio de abordagens em cena de uso ou atividades no local de execução do projeto; elaborar 10 fluxos referentes a linhas de atenção e cuidado ao público assistido (saúde, educação, assistência, qualificação profissional, cultura, justiça, entre outros).

As ações do projeto ocorrerão em território de vulnerabilidade social, com característica de cena de uso e pessoa em situação de rua, tendo como apoio uma estrutura modular, equipe multidisciplinar e parceiros a serem articulados, no período de segunda-feira a sexta-feira (horário comercial) e sábado (somente um turno), no município de Fortaleza/CE



(preferencialmente na região que contemple Centro/Oitão Preto/Moura Brasil). O espaço disponibilizará serviços como banho, uso de sanitário, oferta de kit higiene (sabonete, shampoo, aparelho de barbear, escova de dentes, creme dental, absorvente, entre outros insumos) e de saúde (preservativos, lubrificantes, água potável, entre outros) e espaço para atendimento com equipe multidisciplinar (psicólogo, enfermeiro, assistente social, redutor de danos) proporcionando escuta qualificada, avaliações, orientações, encaminhamentos.

A equipe multiprofissional atuará também com ações de campo para abordagem, bem como atividades em praças e em equipamentos parceiros do Governo do Estado do Ceará no território. Além das ações mencionadas anteriormente, diversas atividades poderão ser realizadas e articuladas para fortalecimento do cuidado à saúde, redução de danos e garantia de direitos, bem como resgate da cidadania, como: corte de cabelo, ligações para seus familiares, uso de transporte (conforme avaliação e demanda profissional), retirada de 2ª via de documentação, encontros familiares, etc; como também participarem de oficinas de rodas conversa, pintura em telas, apresentações artísticas e culturais, que levam o usuário do serviço a construir, experimentar, externalizar e refletir suas principais vontades, medos, aflições e anseios, buscando alternativas de convivência, troca de experiências, cultura e lazer, contribuindo para um trabalho terapêutico. Ainda serão contempladas ações voltadas à reinserção social, como encaminhamentos para cursos de qualificação profissional, elaboração de currículo e cadastro para oferta de emprego. Este trabalho envolve características imprescindíveis ao desenvolvimento do indivíduo e valoriza sua emoção, razão, afetividade, cognição, intuição e racionalidade, apostando nas potencialidades individuais e coletivas.

2. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO

1ª fase – Contratação da Equipe de gestão e multidisciplinar para o Projeto

Após celebração do Termo de Colaboração com a OSC selecionada para executar as ações do Projeto, será constituída equipe multidisciplinar, através de processo seletivo. A seleção dos profissionais será realizada no primeiro momento por meio de análise curricular, seguindo o



perfil e disponibilidade para ações territoriais, sem restrição. No segundo momento, os profissionais que passarem pela primeira etapa, serão submetidos a entrevista.

A equipe multidisciplinar, seguindo as atribuições de cada cargo e área de competência, desenvolverá atividades como: atividades educativas, atendimentos individuais e coletivos, articulação e mapeamento territorial, grupos reflexivos, apoio aos serviços propostos no projeto como atividades de atenção aos beneficiários, construção de fluxos, aprimoramento de instrumentais, estudos de casos, acompanhamento de beneficiários, entre outros.

Abaixo, encontra-se o detalhamento das atividades:

Profissional	Justificativa/Ações a ser realizada
Gerente	Gerenciar as ações do Projeto; Articular com as redes de políticas públicas do território as pactuações necessárias para o funcionamento do equipamento, garantindo a retaguarda necessária e os encaminhamentos demandados pela atuação da equipe do projeto; Orientar e participar, segundo critérios previamente definidos, da seleção da equipe de profissionais a atuarem nas ações de fortalecimento territorial; Supervisionar e apoiar a atuação da equipe de profissionais do equipamento em relação às atribuições, aos horários, à assiduidade e às exigências estabelecidas previamente; Participar e contribuir com o monitoramento técnico metodológico do projeto; Realizar a regulação, monitoramento e avaliação das ações do projeto direcionadas aos beneficiários do projeto; Assessorar as instâncias superiores (SPS, Sexec PSD, coordenadoria e demais setores) no planejamento, execução e monitoramento das ações; Monitorar as atividades desenvolvidas pela equipe técnica; Promover e participar das reuniões de equipe e estudos de caso; Participar e contribuir com o monitoramento técnico metodológico do projeto; Assessorar as instâncias superiores no planejamento, execução e monitoramento das ações; Elaborar relatórios mensais das atividades desenvolvidas; Realizar encaminhamentos e pactuações interinstitucionais para o fortalecimento da Rede de Atenção
Assistente Administrativo	Realizar inserção no território, identificando atores chaves e equipamentos sociais, por meio de mapeamento de fatores de risco e de proteções existentes no território; Realizar abordagens no território aos beneficiários respeitando o seu contexto de vida, o cenário da rua, na perspectiva de redução de danos, buscando assegurar sua atenção integral aos seus direitos humanos; Realizar encaminhamentos e pactuações necessárias diante do acompanhamento dos beneficiários; Acompanhar, quando necessário, os beneficiários do Projeto na Rede de Atenção; Acompanhar o sistema de informação, a entrada/saída de insumos de saúde, higiene, limpeza, bem como

Documento assinado eletronicamente por SÔNIA MARIA CARVALHO GOMES em 20/09/2024, às 16:37 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



	saúde, atenção quanto às comorbidades, abstinência, uso abusivo, monitoramento de sinais vitais; Realizar testagem rápida, construir protocolos (acolhimento, atendimento, encaminhamento); Realizar curativos, quando necessário; Realizar ações com a família e voltadas à reinserção social; Realizar encaminhamentos aos serviços de referência, conforme a necessidade; Ministras palestras; Conduzir grupos, dentre outras atribuições; Promover e participar das reuniões de equipe e estudos de caso; Participar e contribuir com o monitoramento técnico metodológico do projeto; Assessorar as instâncias superiores no planejamento, execução e monitoramento das ações; Elaborar relatórios mensais das atividades desenvolvidas
Redutor de Danos	Realizar atividades educativas e culturais de prevenção, promoção, cuidado, facilitando o acesso de pessoas em vulnerabilidade ou com problemas relacionados ao uso de drogas a insumos de proteção à saúde e diversos serviços da rede de atenção. Diante da sua facilidade de aproximação com a população, deverá contribuir com estratégias para o estabelecimento de melhores relações sociais entre os profissionais da equipe e o usuário, minimizando os riscos sociais e à saúde do indivíduo, contribuindo na construção/reconstrução de projeto de vida, autonomia, resgate da cidadania, garantia de direitos, desencadeando mudanças na vida do público assistido com perspectivas futuras relacionadas à família, moradia, emprego, acesso a serviços, além da redução do estigma e exclusão que os usuários sofrem perante a sociedade.
Agente Social de Rua	Aproximar o público com a equipe do projeto; Contribuir nas abordagens, cadastramento do público, acesso a cenas de uso, diálogo com a população, mobilização para as atividades, fortalecendo as ações de cuidado e reinserção social; Promover e participar das reuniões de equipe e estudos de caso; Elaborar relatórios mensais das atividades desenvolvidas; Elaborar estratégias para criação de vínculo com a comunidade, atuando em projetos terapêuticos relacionados ao uso de álcool e outras drogas e desenvolver prevenção das mesmas; Prestar orientação de bem estar e medidas de abrandamento de danos causados pelo uso de substância.
Auxiliar de Serviços Gerais	Participar de reuniões de equipe referentes ao projeto; Manter a organização e limpeza dos dispositivos e seus ambientes como salas, almoxarifado, box de banho e de sanitários para um ambiente agradável a todos; Contribuir na acolhida e organização da logística do serviço.
Motorista	Conduzir o veículo de apoio do equipamento (para momentos de articulação da equipe com outros serviços do território, condução de algum usuário do serviço, conforme a necessidade, etc); Participar de reuniões de equipe referentes ao projeto; Realizar o transporte de profissionais e usuários do projeto conforme planejamento semanal e necessidade da execução das atividades do projeto; Seguir as atribuições e competências vinculadas a categoria.
Vigilante	Participar de reuniões de equipe referentes ao projeto; Monitorar e controlar o acesso a estrutura

Documento assinado eletronicamente por: SAIDROR CAMILO CARVALHO, em 20/09/2024, às 16:38:10. O documento encontra-se disponível no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021.

Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



	<p>modular instalada no território; Realizar rondas no local; Prevenir e identificar possíveis ameaças em atividades suspeitas; Informar, com brevidade, intercorrências com a chefia imediata; Realizar registros referentes ao plantão diariamente; Intervir em situações de emergência ; Observar a entrada e saída de pessoas ou bens ; Averiguar atitudes suspeitas; Prezar pela ordem, a segurança e organização do lugar ; Averiguar a situação de aparelhos e equipamentos.</p>
--	---

2ª fase – Definição da Comissão Gestora de Planejamento e Acompanhamento do projeto

Selecionada equipe multidisciplinar, haverá a formação de uma Comissão Gestora, com a participação de técnico(s) da Secretaria Executiva de Política sobre Drogas para planejamento, monitoramento e avaliação das ações do projeto.

3ª fase – Momentos de alinhamento da equipe multidisciplinar em relação à política sobre drogas e população em situação de rua, destacando a abordagem para atendimento ao público

Embora a seleção dos profissionais seja direcionada a pessoas com perfil para a realização das atividades, faz-se necessário que todos estejam alinhados na política pública sobre drogas/política população em situação de rua e nas demandas e ações propostas para o projeto. Assim, haverá momentos de fortalecimento quanto ao trabalho em equipe e estudos específicos quanto às diversas políticas públicas envolvidas.

4ª fase – Construção de instrumentais/formulários/alinhamento de formas de registros e acompanhamento das ações

Após a compreensão e alinhamento quanto ao processo do projeto e políticas públicas envolvidas, haverá o momento de elaboração de instrumentais utilizados na execução, controle, monitoramento e avaliação das ações do projeto.

Isso possibilitará que, desde o início, os registros e percepções importantes possam subsidiar tomadas de decisões mais assertivas, além de ser essencial para o monitoramento e a avaliação processual e contínua.

Alguns exemplos de instrumentos/formulários são:

- 1- Formulário de cadastro do usuário;
- 2 - Formulário de acompanhamento/evolução;
- 3 - Formulário específico para cada área profissional: psicólogo, assistente social, enfermeiro,



entre outros.

4- Formulário de encaminhamento;

5 - planilha de controle diário de pessoas que passaram pelo projeto com coluna referente a entrega de insumos, uso banho/sanitário; lavagem de roupas; corte de cabelo; participação em atividades; atendimentos de profissional equipe multi, ligação telefônica, tipos de encaminhamentos etc;

6- Ficha de acompanhamento de casos;

7 - Formulário de Busca ativa/ visita domiciliar quando necessário;

8 - Termo de consentimento livre e esclarecido (para situações de imagem, dados de pesquisas)

9 - Planilhas em Excel para registros de dados (para possíveis relatórios)

10 - Planilhas de controle: estoque insumos/material de limpeza, limpeza banheiros, limpeza caixa d'água, dedetização, etc.

5ª fase – Instalação e organização da Estrutura Modular

A estrutura será instalada em local estratégico, segundo as informações levantadas pela equipe da Secretaria Executiva de Políticas sobre Drogas da Secretaria da Proteção Social - SPS e demandas do público assistido por seus equipamentos. O espaço terá identificação do Governo do Estado do Ceará e nome do Projeto, conforme alinhamento com a assessoria de comunicação da pasta vinculada.

Contará com instalação de água, energia elétrica, internet, sala de atendimento, sala administrativa, box para banho e uso de sanitário, espaço para higiene bucal e fazer barba, espaço para lavagem de roupas e atividades lúdicas.

6ª fase - Ações territoriais de abordagem e divulgação junto aos equipamentos e público

Ações de articulação serão realizadas no território e com parceiros, envolvendo a Rede de Saúde, Assistência Social e de Apoio para a manutenção das ações de encaminhamento e acompanhamento dos beneficiados, momentos com a comunidade local, sendo convidadas representações que lidam com o público em questão. Na oportunidade também será apresentado o projeto, suas metas e perspectivas.

7ª fase – Início das atividades com cadastramento, atendimento, entrega de insumos, atividades em geral

Serão oferecidas diariamente atividades de autocuidado, através da estrutura física modular



(banho, sanitário e higiene bucal) e espaço para lavar roupa e distribuição de insumos (água potável, preservativo, lubrificante e kit para higiene bucal, corporal e capilar), tendo como objetivo fomentar o cuidado de si e aproximar a população em situação de rua com a equipe Técnica do Projeto para cadastramento, orientações, atendimento, acompanhamento, encaminhamentos, reinserção social. Oficinas terapêuticas também estão na proposta, sendo momentos lúdicos ou roda de conversa para despertar a reflexão, promover conhecimento, fornecer apoio.

O acompanhamento do usuário na Rede de Atenção, contribuirá para fortalecimento de vínculo e garantia de seus direitos, incluindo apoio aos familiares, além de aproximar os serviços e equipamentos. Os acompanhamentos realizados pelo próprio projeto terão Projetos Terapêuticos Singulares construídos entre profissionais, usuários e familiares, conforme cada caso.

Atividades de reinserção social ocorrerão como forma de elaborar currículo e melhorar o mesmo, com oportunidades para cursos de qualificação profissional (que podem ou não ocorrer no local, conforme a compatibilidade da tipologia para o espaço disponível).

Muitas atividades de articulação comunitária e com as políticas públicas locais serão possíveis, buscando garantir a atenção integral às pessoas com problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas e/ou em situação de rua.

Visitas sistemáticas serão realizadas às cenas de uso de drogas, com o intuito de divulgar o projeto e levar a assistência para a população que não procura a Rede de Atenção ou não vai até o equipamento;

Momentos de busca ativa, ocorrerão a fim de sensibilizar e orientar quanto a importância do acompanhamento, podendo ser feita por análise da equipe do projeto, solicitação de familiares ou equipamentos da rede de atenção (ex: paciente de TB, HIV, sífilis) ou parceiros institucionais.



Atividades de parcerias para ações culturais, de justiça, de saúde, de educação, de geração de emprego e renda, entre outras, poderão ser realizadas no local, unindo-se às ações já existentes.

8ª fase – Reunião periódica e monitoramento/avaliação dos dados/educação permanente

A equipe de profissionais do projeto passará por momentos de atualização do conhecimento, além de analisar periodicamente as informações registradas em planilhas para observar se as metas e produtos estão sendo alcançados, buscar adequações e melhorias para o projeto.

9ª fase – Parceria com instituições de ensino superior para avaliação das ações

Com intuito de realizar avaliação das ações desenvolvidas no projeto, serão realizadas parcerias com instituições de ensino superior voltada a condução de pesquisa de avaliação, como forma de subsidiar tomada de decisões assertivas no alcance de êxito na execução do projeto.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA OSC EXECUTORA DA PROMOÇÃO DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE OU COM PROBLEMAS RELACIONADOS AO USO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS, INCLUINDO PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, NO ÂMBITO DO PROJETO ESTAÇÃO DO CUIDADO

3.1. CADASTRO DOS BENEFICIÁRIOS

a) O cadastro dos usuários beneficiados pelo projeto será de responsabilidade da OSC parceira da Secretaria da Proteção Social, e será realizado pela equipe multidisciplinar, tendo acompanhamento da comissão gestora do projeto;

b) A OSC deverá providenciar uma forma de controle dos registros dos usuários que utilizam o serviço e dos atendimentos realizados, compartilhando as informações com a equipe gestora do projeto para acompanhamento;



c) Os insumos necessários para essa ação serão de inteira responsabilidade da OSC.

3.2. CONTRATAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL

a) A OSC deve responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes ao projeto, ficando esta como única responsável pelo pagamento dos encargos sociais, exclusivamente no que diz respeito ao recolhimento previdenciário e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a Secretaria da Proteção Social de quaisquer obrigações. A vigência do contrato do pessoal deve ser coerente com o período de implantação, execução e concretização dos objetivos do Termo de Colaboração firmado com a SPS. A equipe técnica / multidisciplinar a ser contratada será composta pelos seguintes profissionais, devidamente habilitados para exercerem suas funções:

- Gerente;
- Assistente administrativo;
- Auxiliar administrativo;
- Psicólogo;
- Assistente Social;
- Enfermeiro;
- Redutor de Danos;
- Agente Social de Rua;
- Profissional para serviços gerais;
- Motorista categoria B;
- Vigilante.

3.3. MATERIAL GRÁFICO, REPROGRÁFICO E DE EXPEDIENTE

A totalidade do material gráfico, reprográfico e de expediente a serem utilizados no contêiner será de responsabilidade da OSC executora das ações e, deverá estar devidamente orçada na proposta apresentada.

a) Considera-se material gráfico: banners, cartilhas, camisetas ou bolsas com logomarcas institucionais, dentre outros.



- b) Considera-se material reprográfico os manuais, blocos de nota, utilizados em capacitações.
- c) Considera-se material de expediente os itens de papelaria, artigos lúdicos para utilização nas rodas de conversa.

3.4. LOCAÇÃO DE VEÍCULO E ABASTECIMENTO

Para o deslocamento dos técnicos e atendimento às demais demandas do projeto, a OSC selecionada deverá locar 01 veículo, no período de 12 meses.

O veículo deverá ser 01(um) de 05 lugares, tipo SEDAN.

O abastecimento do veículo também deverá ser orçado na proposta apresentada.

3.5. IDENTIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

- a) A OSC parceira se obriga a fazer constar a identificação do Governo do Estado do Ceará/ Secretaria da Proteção Social - SPS e do projeto em execução, nos formulários, cartazes, folhetos, anúncios e matérias na mídia, nos materiais informativos e pedagógicos, assim como produtos de convênios e contratos, tais como livros, relatórios, revistas, vídeos, e-books e outros meios de divulgação.
- b) Dessa forma, a Coordenadoria de Políticas sobre Drogas - COPSD, disponibilizará os modelos digitalizados, as logos necessárias e o material de identificação e divulgação a ser utilizado durante o período de execução do projeto.
- c) A OSC deverá encaminhar para revisão e aprovação da Coordenadoria de Políticas sobre Drogas - COPSD da SPS, todo e qualquer material desenvolvido e relacionado ao projeto;
- d) Ações de promoção e divulgação do projeto, bem como entrevistas e construção de páginas em redes sociais devem ser alinhadas com Coordenadoria de Políticas sobre Drogas - COPSD e Assessoria de Comunicação - ASCOM da SPS, tendo em vistas que a SPS possui um padrão a ser seguido.



REFERÊNCIAS FINANCEIRAS – PARAMETRIZAÇÃO

DETALHAMENTO FINANCEIRO	
ELEMENTO DE DESPESA – SERVIÇO DE TERCEIRO DE PESSOA JURÍDICA	VALOR TOTAL (R\$)
Serviços de monitoramento eletrônico	R\$ 7.199,88
Serviços gráficos e reprográficos	R\$ 10.000,20
Lavagem de roupas	R\$ 70.000,20
Locação de veículo (SEDAN 5 lugares - 2023/2024)	R\$ 34.999,80
Despesas com água e esgoto	R\$ 30.000,00
Controle de pragas	R\$ 1.200,00
Energia elétrica	R\$ 10.200,00
Telefonia (móvel)	R\$ 3.600,00
TOTAL – SERVIÇO DE TERCEIRO DE PESSOA JURÍDICA	R\$ 167.200,08
ELEMENTO DE DESPESA – MATERIAL CONSUMO	VALOR TOTAL (R\$)
Material de expediente	R\$ 20.677,92
Fardamento	R\$ 5.730,00
Material para limpeza, saúde e higiene	R\$ 127.763,04
Água mineral	R\$ 7.488,00
Combustível	R\$ 20.694,06
TOTAL – MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 182.353,02
ELEMENTO DE DESPESA – DESPESA COM PESSOAL	VALOR TOTAL (R\$)
Salários e encargos sob a folha (horas extras, encargos sociais, rescisões, atestado médico, 13º salário, férias, adicional noturno, vale-transporte e vale-refeição)	R\$ 853.066,80
TOTAL – DESPESA COM PESSOAL	R\$ 853.066,80

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (Horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



SUB TOTAL	R\$ 1.199.695,82
CUSTOS INDIRETOS (despesas conforme legislação)	R\$ 120.074,10
TOTAL GERAL LOTE 01	R\$ 1.320.000,00

ELEMENTO DE DESPESA - DESPESA COM PESSOAL								
1. DESPESA DE PESSOAL								
1.1. Folha de Pagamento								
1.1.1. Cargo/Função	Turno	Qtde.	Vlr. Unitário por cargo/função				MÊS	PROJETO
			Sal. Base	Ad. Not.	Ad. Peric.	VR. Função		
Gerente	Diurno	1	4.300,00	-	-	4.300,00	4.300,00	51.600,00
Assistente Administrativo	Diurno	1	3.000,00	-	-	3.000,00	3.000,00	36.000,00
Auxiliar Administrativo	Diurno	1	2.600,00	-	-	2.600,00	2.600,00	31.200,00
Psicólogo	Diurno	1	3.200,00	-	-	3.200,00	3.200,00	38.400,00
Assistente Social	Diurno	1	3.200,00	-	-	3.200,00	3.200,00	38.400,00
Enfermeiro	Diurno	1	4.750,00	-	-	4.750,00	4.750,00	57.000,00
Redutor de Danos	Diurno	1	1.800,00			1.800,00	1.800,00	21.600,00
Agentes Sociais de Rua	Diurno	6	750,00	-	-	750,00	4.500,00	54.000,00
Serviços Gerais	Diurno	2	1.500,00	-	-	1.500,00	3.000,00	36.000,00
Motorista	Diurno	1	1.600,00	-	-	1.600,00	1.600,00	19.200,00
Vigilante	Noturno	2	1.500,00	300,00		1.500,00	3.600,00	36.000,00

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILLO CARVALHO em 20/09/2024, às 14:38 LIDJANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (Ipóatário local do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



1.1.2 Subtotal		20					34.050,00	408.600,00
1.2 Encargos Sociais							Mês	Projeto
A - INSS (26,62%) S/ Vr Folha							R\$ 9.463,41	R\$ 113.560,92
B - FGTS (8,0% S/ Vr Folha)							R\$ 2.844,00	R\$ 34.128,00
C - PIS (1% s/ Vr Folha) e S/ 1/12 de 13 e 1/3 Férias							R\$ 395,00	R\$ 4.740,00
D - 13o. Salário 01/12 (folha/12)							R\$ 2.962,50	R\$ 35.550,00
E - Ferias 1/3 (33,33% s/folha /12)							R\$ 987,50	R\$ 11.850,00
G - INSS (1/12 13o e 1/3 Férias /26,62%)							R\$ 1.051,49	R\$ 12.617,88
H - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)							R\$ 79,00	R\$ 948,00
I - FGTS S/13o. Salário (8,0% D)							R\$ 237,00	R\$ 2.844,00
J - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)							R\$ 1.614,00	R\$ 17.754,00
L - VA (Va (30,34) x (22) p/mês x n° Funcionários							R\$ 11.484,00	R\$ 137.808,00
1.2.1 Subtotal							R\$ 31.117,90	RS 371.800,80
2. PREVISÃO DE RESCISÃO							MÊS	PROJETO
Férias vencidas/Férias Proporcionais)							2.962,50	35.550,00
Multa rescisória(40% s/ saldo FGTS)							1.264,00	15.168,00
Atestado médico - ADM (ASO)							627,00	R\$ 627,00
Atestado médico - PERIÓDICO (ASO)							-	
Atestado médico - DEM (ASO)							627,00	R\$ 627,00
2.1 TOTAL							R\$ 5.480,50	R\$ 51.972,00
VALOR TOTAL PESSOAL							RS 853.066,80	

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 09/09/2024, às 16:38. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



ANEXO IV - PLANO DE TRABALHO

[TIMBRE DA OSC]

PLANO DE TRABALHO							
Nº do Edital de Chamamento Público:				Administração Pública:			
I- DADOS CADASTRAIS							
OSC Proponente:				CNPJ:			
Endereço:							
Cidade:	U.F.:	CEP:		DDD/Fone:			
Conta corrente:	Banco:	Agência:		Praça de pagamento:			
Nome do representante legal:		RG/Órgão expedidor:		CPF:			
Endereço:							
Cidade:	UF:	CEP:		DDD/Fone:			
II – IDENTIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO							
Valor Global:				Data do Plano de Trabalho:			
III – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO A SER EXECUTADO							
Título do Projeto:							
Identificação do Objeto:							
Público-alvo:							
Justificativa da Proposição:							
IV – PERÍODO DE EXECUÇÃO:							
Início:				Término:			
V – INDICADORES PARA AFERIÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS							
- Parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas dos convênios ou instrumentos congêneres.- Definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas das parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil.							
VI – METAS/ETAPAS DE EXECUÇÃO							
META 1	INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL	PERÍODO		DATA INICIAL	DATA FINAL
	UNIDADE	QUANTIDADE		DATA INICIAL	DATA FINAL		
Descrição da Meta				mm/aa	mm/aa		
ETAPA 1.1	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	DATA INICIAL	DATA FINAL		
Descrição da Etapa				mm/aa	mm/aa		
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 1.1							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA * 1	NATUREZA DA DESPESA * 2
ITEM 1.1.1							
ITEM							

Documento assinado eletronicamente por SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097 de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site https://suite.ce.gov.br/validar-documento e informe o código 623f-3cc7-b2c2-asc1.





Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37
 conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021
 Para conferir, acesse o site https://suite.ce.gov.br/validar-documento e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.

1.1.2							
META 2		INDICADOR FÍSICO		VALOR TOTAL		PERÍODO	
		UNIDADE	QUANTIDADE			DATA INICIAL	DATA FINAL
Descrição da Meta						mm/aa	mm/aa
ETAPA 2.1		UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL		DATA INICIAL	DATA FINAL
Descrição da Etapa						mm/aa	mm/aa
GASTOS PREVISTOS NA ETAPA 2.1							
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	NATUREZA DA DESPESA * 1	NATUREZA DA DESPESA * 2
ITEM 2.1.1							
ITEM 2.1.2							
TOTAL DE METAS							
VALOR GLOBAL DO PLANO DE TRABALHO							

***1 NATUREZA DA DESPESA:** Campo que indica a natureza do item. Domínio: Serviço de Terceiros Pessoa Física, Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica, Material de Consumo e outros.

***2 DESCRIÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA:** Campo que indica outro tipo de despesa que não conste na lista anterior.

VII – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS			
Valor Total	Descrição: Natureza da despesa		Valor (R\$)
		%	
TOTAL		100%	
CRONOGRAMA DE REPASSE		ANO	VALOR (R\$)
Mês			
VALOR GLOBAL DO PROJETO			
VIII – CAPACIDADE INSTALADA (RECURSOS MATERIAIS, HUMANOS E FÍSICOS)			
(Especificar instalações, equipamentos, mão de obra especializada a ser utilizada na execução dos serviços).			
VIII – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO			
		MM/AA	SOMA



AÇÕES	META 01		A	
			(Valor)	(Total mês)
	META 2		MM/AA	SOMA
			MM/AA	
TOTAL	(Total meta)			
IX – ASSINATURA DA OSC				
<p>LOCAL E DATA</p> <p>____/____/____</p> <p>_____</p> <p>REPRESENTANTE DA OSC</p>				
X – APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
<p>LOCAL E DATA</p> <p>____/____/____</p> <p>_____</p> <p>GESTOR / ORDENADOR DE DESPESA</p>				

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



MEMÓRIA DE CÁLCULO (ITENS DE DESPESA)

ELEMENTO DE DESPESA			
ITENS DE DESPESA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ELEMENTO DE DESPESA			
ITENS DE DESPESA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ELEMENTO DE DESPESA			
ITENS DE DESPESA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDJANE Nogueira Rebouças em 20/09/2024, às 16:37 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



MEMÓRIA DE CÁLCULO (PESSOAL)

						TOTAIS	
						Mês	Projeto
1. VANTAGENS E VENCIMENTOS							
1.1. FOLHA DE PAGAMENTO							
1.1.1. Cargo/Função	TURNO	QDE	Vr. Unit. p/ S/BASE	Cargo/Função ADC.NOT.	Vr. Função	Mês	8 meses
1.1. SUBTOTAL							
1.2. ENCARGOS SOCIAIS							
A - INSS (26,8%) S/ Vr Folha							
B - FGTS (8,0% S/ Vr Folha)							
C - PIS (1% s/ Vr Folha) e S/ 1/12 de 13 e 1/3 Férias							
D - 13º Salário 01/12 (folha/12)							
E - Férias 1/3 (33,33% s/folha /12)							
F - INSS (1/12 13º e 1/3 Férias /26,8%)							
G - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)							
H - FGTS S/13º Salário (8,0% D)							
I - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)						-	-
J - VR (Vr (11,02) x (22) p/mês x nº Funcionários						-	-
1.2. SUBTOTAL							
1.3. PREVISÃO RESCISÃO							
						Mês	Projeto
1.3.1. Férias vencidas 1/12							
1.3.2. Multa rescisória 1/12							
1.3.4. Atestado médico ADM							
1.3.5. Atestado médico DEM							
1.3. SUBTOTAL							
2. DESPESAS							
						Mês	Projeto
2.1. Diárias e ajuda de custo						-	-
2.2. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica							
2.3. Serviço de Terceiros Pessoa Física						-	-
2.4. Material de Consumo							
SUBTOTAL							
3. DESPESAS INDIRETAS							
3.1. Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica							
3.2. Material de Consumo							
SUBTOTAL							
VALOR TOTAL DO PROJETO						Mês	Projeto

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.





ANEXO V – RELAÇÃO NOMINAL DE DIRIGENTES DA ENTIDADE

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial

Documento assinado eletronicamente por: SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:37 (horário local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 623F-3CC7-B2C2-A3C1.



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DE REGULARIDADE CADASTRAL

O (A), inscrito (a) no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, que não se enquadra nas vedações contidas nos incisos IV a VIII do §1º do art. 16, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, abaixo indicados:

Art. 16. A condição de regularidade cadastral da organização da sociedade civil será atribuída, mediante a verificação da compatibilidade das informações com os Documentos de Comprovação de Regularidade estabelecidos na Parte II do Anexo Único deste Decreto, pela Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, ou pelo órgão ou a entidade a quem ela delegue esta competência.

§1º Além do disposto no caput, a atribuição da regularidade cadastral da organização da sociedade civil está condicionada ao atendimento das seguintes exigências:

[...]

IV – não tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

V – não tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

- a) for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b) for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c) a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

VI – não tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) suspensão temporária, determinada por órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com estes, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes



da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea c.

VII – não tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VIII – não tenha como dirigente ou responsável legal pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

Local-UF, ____ de _____ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE INSTALADA

O (A), inscrito (a) no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, para fins do disposto no inciso IV do art. 47 do Decreto nº 32.810/2018, que possui as instalações e outras condições materiais, necessárias à execução do objeto da parceria, ou sobre a previsão de contratar ou adquirir.

Local-UF, ____ de _____ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



**ANEXO VIII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº
10.097/2020**

O (A), inscrito (a) no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., DECLARA, sob as penas previstas no art. 299 do Código Penal, que a OSC emprega e matricula nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem, ou de outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em seu quadro, cujas funções demandem formação profissional, nos termos do disposto nos Arts. 429 e 430 da Consolidação das Leis do Trabalho, conforme alteração trazida pela Lei Federal nº 10.097/2000.

Local-UF, ____ de _____ de 2024.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)



ANEXO IX - MINUTA DO TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 16/2024

SACC nº

PR nº

TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, E A XXXXXXXXXX, PARA O FIM NELE INDICADO.

O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA PROTEÇÃO SOCIAL – SPS, inscrita no CNPJ sob o nº 08.675.169/0001-53, com sede na Rua Soriano Albuquerque, 230 - Joaquim Távora, Fortaleza-CE, CEP nº 60130-160, neste ato representada por XXXXXXXXXXXXX, RG nº XXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, e o(a) XXXXXXXXXXXX, inscrito (a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX, XXXXXX-XX, doravante denominado(a) **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, neste ato representado(a) por seu Presidente, XXXXX, RG nº XXXXX, CPF nº XXXXX, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, de acordo com o Processo nº XXXXXXXX, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente instrumento fundamenta-se, além da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e da Constituição Estadual:

- a) na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações;
- b) na Lei Estadual nº 15.175/2012;
- c) na Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações;
- d) no Decreto Estadual nº 32.810/2018 e suas alterações;
- e) na Lei Estadual nº 17.573/2021 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2022);
- f) no Edital de Chamamento Público nº 16/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Colaboração a execução do **Projeto Estação do Cuidado**, credenciado e executado conforme Plano de Trabalho devidamente aprovado e assinado, que passa a fazer parte integrante deste instrumento independente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A Administração Pública, por força deste Termo de Colaboração, transferirá à Organização da Sociedade Civil recursos financeiros no valor total de R\$ R\$ 1.320.000,00 (um milhão trezentos e vinte mil reais), conforme estabelecido no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, que correrão por conta da(s) seguinte(s) classificação(ões) orçamentária(s):

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA QUARTA – DA CONTRAPARTIDA



4.1. Não será exigida contrapartida da organização da sociedade civil para esta Colaboração, por força da faculdade disposta no Art. 35, §1º da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. O presente Termo de Colaboração terá vigência iniciada na data de sua assinatura, expirando sua validade em XX de XXXXXX de XXXX, podendo ser alterada através de Termo Aditivo, por expressa manifestação e anuência das partes, devendo tal interesse ser apresentado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

6.1. O atraso na liberação dos recursos financeiros previstos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, motivado exclusivamente pela Administração Pública, ensejará a prorrogação de ofício, em prazo correspondente ao período do atraso, configurando atraso também a liberação parcial de valores previstos no cronograma de desembolso;

6.2. A prorrogação de ofício, de que trata o item 6.1, dar-se-á por meio de apostilamento e deverá ser efetivada na vigência do Termo de Colaboração, assegurada a publicidade prevista no Portal da Transparência do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES

7.1. Compete à Administração Pública:

- a) proceder a liberação de recursos financeiros obedecendo o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho aprovado e assinado, observando a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes;
- b) exigir, por ocasião de cada repasse financeiro à organização da sociedade civil, comprovação da situação de regularidade cadastral e adimplência, na forma da lei;
- c) certificar-se de que a organização da sociedade civil está adimplente em relação à prestação de contas de recursos recebidos junto a outros órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual;
- d) transferir ou assumir a responsabilidade pelo Termo de Colaboração, no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, com o fim de evitar a descontinuidade dos serviços;
- e) acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar as metas a serem executadas pela organização da sociedade civil, zelando pelo cumprimento de todas as cláusulas deste Termo;
- f) fixar e dar ciência à organização da sociedade civil dos procedimentos técnicos e operacionais que regem a execução do objeto deste instrumento, apoiando sua execução e prestando a necessária assistência à organização da sociedade civil;
- g) constituir comissão de monitoramento e avaliação responsável pelo monitoramento da execução e avaliação dos resultados das parcerias, a ser designada em ato específico, nos termos do art. 2º, XI c/c art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014;
- h) analisar, na forma da lei, a prestação de contas anual e final apresentadas pela organização da sociedade civil;
- i) permitir livre acesso dos agentes do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.



7.2. Compete à Organização da Sociedade Civil:

- a) realizar a execução física do objeto pactuado, observadas as condições estabelecidas no Plano de Trabalho;
- b) comprovar a boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos em conformidade com o Plano de Trabalho;
- c) sob a orientação da Administração Pública, gerenciar e coordenar as ações concernentes ao objeto do presente Instrumento;
- d) comprovar à Administração Pública a situação de regularidade cadastral e adimplência, na ocasião de cada repasse financeiro, na forma da lei;
- e) manter-se adimplente durante toda a execução do instrumento e atualizadas as informações cadastrais junto à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado – CGE, para fins de submissão de planos de trabalho, celebração de parcerias, inclusive aditivos de valor, e recebimento de recursos financeiros;
- f) disponibilizar ao cidadão, na rede mundial de computadores, ou na falta desta, em sua sede, informações referentes à parcela dos recursos financeiros recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigados;
- g) apresentar os documentos de liquidação constantes nos Arts. 90 e 91 do Decreto Estadual nº 32.810/2018, bem como encaminhar à Administração Pública os seguintes documentos:
 - g.1) Relatório Parcial de Execução do Objeto, a cada 60 (sessenta) dias, contados da primeira liberação de recursos da parceria, respeitando o prazo de envio do Relatório Final de Execução do Objeto;
 - g.2) Relatório Final de Execução do Objeto, até 30 (trinta) dias após o término da vigência da parceria.
- h) responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- i) responsabilizar-se, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados a execução do objeto do presente Termo de Colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública estadual à inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição a sua execução;
- j) estabelecer os procedimentos através dos quais se darão as aquisições e contratações de bens e serviços por meio da presente parceria.
 - j.1) Para fins de comprovação da realização do procedimento de aquisição e da efetiva contratação, a organização da sociedade civil deverá apresentar à SPS a documentação pertinente ao procedimento adotado.
- k) realizar as contratações de bens e serviços com o uso de recursos transferidos por meio desta parceria em observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da razoabilidade e do julgamento objetivo, buscando permanente qualidade e durabilidade;
- l) observar como valores máximos para as aquisições de bens e serviços o valor aprovado no Plano de Trabalho;
- m) receber do fornecedor de bens e serviços os seguintes documentos:
 - m.1) no caso de pessoa jurídica:
 - a) Certidão de tributos federais;



- b) Certidão de regularidade junto às Fazendas Municipal e Estadual da sede do fornecedor;
 - c) Certidão de regularidade do FGTS;
 - d) Certidão de Débitos Trabalhistas.
- m.2) no caso de pessoa física:
- a) Documento de Identidade;
 - b) CPF;
 - c) Comprovante de residência;
 - d) Comprovante de inscrição municipal e previdência social, se for o caso.
- m.3) A critério da Administração Pública ou da OSC, além da documentação prevista nas alíneas “m.1” e “m.2”, poderá ser exigida a comprovação da qualificação técnica ou financeira do fornecedor.
- n) manter arquivo individualizado de toda documentação original que comprove a execução e a boa e regular aplicação dos recursos recebidos e das despesas realizadas em virtude deste instrumento, os quais permanecerão à disposição da concedente e dos órgãos de controle interno e externo pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da apresentação da prestação de contas, se tiver sido aprovada, ou da data de regularização da prestação de contas inicialmente reprovada;
 - o) propiciar aos técnicos credenciados pela Administração Pública todos os meios e condições necessários ao acompanhamento, à supervisão, ao controle e à fiscalização da execução deste Colaboração;
 - p) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste instrumento, para fins de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
 - q) manter os recursos repassados em conta específica do termo de Colaboração, aberta em instituição bancária oficial, somente podendo movimentá-los nos casos expressamente previstos neste instrumento e na legislação aplicada;
 - r) divulgar em seu sítio oficial e em local visível as parcerias com a administração pública, nos termos do art. 11 da lei Federal nº 13.019/2014;
 - s) adotar todas as medidas necessárias ao bom desempenho da execução deste Termo de Colaboração, zelando pelo funcionamento e manutenção do material permanente e das instalações físicas, não permitindo o uso indevido dos equipamentos por pessoas estranhas e responsabilizando-se pela permanência dos mesmos no local;
 - t) permitir livre acesso dos agentes da Administração Pública Estadual, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à parceria, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
 - u) observar, quando da contratação da equipe técnica encarregada da execução do projeto, a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), bem como os pisos salariais das categorias contratadas.

CLÁUSULA OITAVA – DA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

8.1. A liberação de recursos financeiros será realizada em conta bancária específica aberta na instituição financeira pública, operadora do sistema E-PARCERIAS, devendo obedecer ao cronograma de desembolso do Plano de Trabalho e estando condicionada ao atendimento pela organização da sociedade civil e pelo interveniente, quando este assumir a execução do objeto, dos seguintes requisitos:

- a) regularidade cadastral;
- b) situação de adimplência;



c) comprovação de depósito da contrapartida, quando for o caso.

8.2. A liberação de recursos financeiros prevista no item 8.1 será precedida de autorização do ordenador de despesas do órgão concedente.

CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1. Compete à organização da sociedade civil realizar a movimentação dos recursos financeiros liberados pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, o que somente poderá ocorrer para atendimento das seguintes finalidades:

- a) pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho;
- b) ressarcimento de valores;
- c) aplicação no mercado financeiro.

9.2. A movimentação dos recursos da conta específica da parceria para pagamento de despesas e ressarcimento de valores será efetuada por meio de Ordem Bancária de Transferência – OBT, emitida pelo sistema corporativo de gestão das parcerias.

9.3. A movimentação de recursos prevista no item 9.1 deverá ser comprovada à Administração Pública mediante a apresentação de extrato bancário da conta específica do instrumento, a cada 60 (sessenta) dias contados da primeira liberação de recursos da parceria, e de comprovante de recolhimento dos saldos remanescentes, até 30 (trinta) dias após o término da vigência da parceria.

9.4. O extrato bancário de que trata o item anterior contemplará a movimentação financeira referente ao período compreendido entre a data da primeira liberação de recursos e o quinto dia útil imediatamente anterior ao final do referido prazo de apresentação, cumulativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

10.1. Os recursos da parceria serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade, na mesma instituição bancária da conta específica do instrumento de parceria.

10.2. Os rendimentos das aplicações financeiras poderão ser aplicados na execução do objeto do instrumento mediante prévia alteração do Plano de Trabalho, formalizada por meio de celebração de Termo Aditivo, nos termos do parágrafo único do artigo 95 do Decreto Estadual nº 32.810/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

11.1. O ressarcimento de valores compreende a devolução:

- a) de saldo remanescente, a título de restituição;
- b) decorrente de glosa efetuada quando do monitoramento durante a execução do instrumento celebrado;
- c) decorrente de glosa efetuada quando da análise da prestação de contas.

11.2. A devolução de saldo remanescente de que trata a alínea “a” do item 11.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou a rescisão do Termo de Colaboração, mediante recolhimento ao Estado, observada a proporcionalidade dos recursos financeiros transferidos, incluídos os valores provenientes de receitas obtidas em aplicações financeiras, se houver, nos termos do Art. 94, §1º do Decreto Estadual nº 32.810/2018.



11.3. A devolução decorrente de glosas de que trata a alínea “b” do item 11.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela organização da sociedade civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, por meio de depósito bancário na conta específica do Termo de Colaboração, nos termos do Art. 94, §2º do Decreto Estadual n.º 32.810/2018;

11.4. A devolução decorrente de glosas de que trata a alínea “c” do item 11.1 deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento pela organização da sociedade civil da notificação encaminhada pela Administração Pública, mediante recolhimento ao Estado, nos termos do Art. 94, §3º do Decreto Estadual n.º 32.810/2018;

11.5. O valor das glosas de que tratam as alíneas “b” e “c” do item 11.1 deverá ser devolvido atualizado monetariamente pela taxa IPCA;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1. Compete à organização da sociedade civil comprovar a boa e regular aplicação dos recursos financeiros recebidos através deste Termo de Colaboração mediante apresentação de Prestação de Contas.

12.2. A prestação de contas encaminhada pela organização da sociedade civil deverá observar as regras previstas no Decreto Estadual n.º 32.810/2018 e conter elementos que permitam ao gestor do instrumento concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado.

12.2.1. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente;

12.2.2. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes;

12.2.3. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

12.3. Compete à organização da sociedade civil apresentar a prestação de contas final no prazo de até 30 (trinta) dias após o encerramento da vigência, mediante os seguintes procedimentos:

- a) apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto;
- b) devolução dos saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, nos termos do item 11.2;
- c) apresentação do extrato da movimentação bancária da conta específica do instrumento.

12.4. Na hipótese de descumprimento de metas ou dos resultados estabelecidos no plano de trabalho, a organização da sociedade civil, além do disposto no item 12.3, deverá apresentar relatório de execução financeira, gerado pelo sistema corporativo de gestão das parcerias, contendo a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto.

12.5. O não cumprimento dos procedimentos indicados no item 12.3 ensejará a inadimplência da organização da sociedade civil e a instauração de Tomada de Contas Especial, de acordo com o disposto no regulamento do Tribunal de Contas do Estado.

12.6. A prestação de contas anual, ou final, será realizada pelo gestor do instrumento no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação pela organização da sociedade civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE DOS BENS



REMANESCENTES

13.1. Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério da Administração Pública, ser doados quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO MONITORAMENTO

14.1. O monitoramento da execução de instrumentos de parceria será realizado pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual, com vistas a garantir a regularidade dos atos praticados e a adequada execução do objeto, nos termos do Art. 43 da Lei Complementar nº119/ 2012, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo.

14.2. O monitoramento de que trata a cláusula 14.1 é de responsabilidade do servidor designado como gestor do instrumento, e será realizado tendo como base o instrumento celebrado, o Plano de Trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros.

14.3. O atraso superior a 30 (trinta) dias na realização das atividades de monitoramento, ensejará a proibição de celebração de novos convênios e instrumentos congêneres pelo órgão ou entidade do Poder Executivo Estadual concedente, até a sua realização, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 44 da Lei Complementar nº 119/2012.

14.4. O monitoramento compreenderá as atividades de acompanhamento e fiscalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO

15.1. Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a execução do Termo de Colaboração será acompanhada por representante da Administração Pública, ficando designado como gestor(a) do presente instrumento o(a) Sr(a). XXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX e na Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, ao(a) qual compete:

- a) avaliar os produtos e os resultados da parceria;
- b) verificar a regularidade no pagamento das despesas, ressarcimento e da aplicação das parcelas dos recursos transferidos;
- c) registrar todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, inclusive as apontadas pela fiscalização;
- d) suspender a liberação dos recursos financeiros e o pagamento de despesas do instrumento diante da constatação de irregularidades decorrentes do uso inadequado de recursos ou de pendências de ordem técnica;
- e) notificar a organização da sociedade civil, estabelecendo prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, para prestar esclarecimento ou sanear as irregularidades ou pendências detectadas;
- f) analisar, no prazo de até 30 (trinta) dias, os esclarecimentos apresentados ou o saneamento das pendências pela organização da sociedade civil;
- g) quantificar e glosar, no prazo de até 15 (quinze) dias, os valores correspondentes às irregularidades ou pendências não saneadas pela organização da sociedade civil;
- h) notificar a organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação;
- i) registrar a inadimplência da organização da sociedade civil e dar ciência ao ordenador de despesa com vistas à rescisão do Termo de Colaboração e à instauração da Tomada de Contas Especial, findo o prazo para ressarcimento do valor glosado, sem que este tenha sido realizado;



j) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação, nos termos dos artigos 101 e 102 do Decreto Estadual nº 32.810/2018;

k) analisar a prestação de contas anual ou final, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação pela organização da sociedade civil;

l) emitir parecer conclusivo da prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, nos termos do artigo 118 do Decreto Estadual nº 32.810/2018;

m) emitir Termo de Conclusão do instrumento, quando da aprovação da prestação de contas.

15.2. O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o Plano de Trabalho e o correspondente cronograma de execução do objeto e de desembolso de recursos financeiros;

15.3. O gestor poderá solicitar esclarecimentos acerca de quaisquer indícios de irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem financeira, técnica ou legal;

15.4. Caso não haja o saneamento da pendência no prazo fixado, o gestor deverá, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias:

a) Quantificar e glosar o valor correspondente à pendência;

b) Notificar a organização da sociedade civil para ressarcimento do valor glosado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da notificação.

15.5. O não atendimento pela organização da sociedade civil do disposto na alínea “b” do item 15.4 ensejará a rescisão do instrumento, a inadimplência e a instauração de Tomada de Contas Especial;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno e externo, a fiscalização do Termo de Colaboração será realizada por representante da Administração Pública, ficando designado como fiscal do presente instrumento o(a) Sr(a). XXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob o nº XXXXXXXX e na Matrícula Funcional nº XXXXXXXX, ao(a) qual compete:

a) visitar o local de execução do objeto;

b) atestar a execução do objeto;

c) registrar quaisquer irregularidades detectadas na execução física do objeto;

d) emitir Termo de Fiscalização, com a constatação do alcance das metas referentes ao período e a indicação do percentual de execução, podendo ser anexados documentos de comprovação da execução, como listas de presença, fotos, vídeos, relatórios técnicos, medições de obras e serviços, publicações, certificados expedidos por organizadores de eventos, dentre outros;

e) emitir Termo de Aceitação Definitiva do Objeto até 60 (sessenta) dias após o término da vigência da parceria.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Pela execução do instrumento em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014, da Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e suas alterações, do Decreto nº 32.810/2018 e da legislação específica, a Administração Pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil as seguintes sanções:

a) Advertência.

b) Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar convênio, instrumento congênere, ou contrato com órgãos e entidades do Poder Executivo



Estadual, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

c) Declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar convênio, instrumento congêneres, ou contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o conveniente ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “b” do item 17.1.

17.2. As sanções estabelecidas são de competência exclusiva de Secretário de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de aplicação da penalidade.

17.3. Prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidades decorrentes de infrações relacionadas à execução dos instrumentos, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

17.4. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

17.5. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

18.1. Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, por acordo entre os partícipes, unilateralmente pela Administração Pública ou em decorrência de determinação judicial.

18.2. A rescisão amigável por acordo entre as partes e a rescisão determinada pela Administração Pública por meio de ato unilateral serão formalmente motivadas nos autos do processo.

18.3. A intenção de rescisão amigável, por acordo entre as partes, deverá ser manifestada com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência, definindo as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades.

18.4. A rescisão unilateral poderá se dar nas situações previstas no Art. 105, §2º do Decreto Estadual nº 32.810/2018, devendo ser assegurado o contraditório e a ampla defesa.

18.5. A rescisão implica o final da vigência do instrumento, independente do motivo que a originou.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS ALTERAÇÕES

19.1. A Administração Pública poderá autorizar ou propor a alteração deste instrumento, após, respectivamente, solicitação fundamentada da organização da sociedade civil ou sua anuência, desde que não haja alteração de seu objeto.

19.2. A alteração, de que trata o item 19.1, será formalizada por meio de apostilamento ou termo aditivo, durante a vigência do instrumento, assegurada a publicidade prevista na legislação competente.

19.3. Para a celebração de aditivos de valor será exigida a regularidade cadastral e a adimplência da organização da sociedade civil e do interveniente, quando este assumir a execução do objeto.

19.4. Este instrumento deverá ser alterado por apostilamento, nas hipóteses de:

- a) remanejamento de recursos sem a alteração do valor total;
- b) ajustes da execução do objeto da parceria no Plano de Trabalho;
- c) prorrogação de ofício, nos termos da cláusula quinta;



- d) alteração da classificação orçamentária;
- e) alteração do gestor e do fiscal do instrumento.

19.5. As hipóteses previstas nas alíneas “c”, “d” e “e” do item 19.4 se darão independentemente de anuência da organização da sociedade civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICIDADE

20.1. Caberá à Administração Pública realizar a publicação deste Termo de Colaboração no Diário Oficial do Estado do Ceará, atendendo ao disposto na Lei Federal nº 13.019/2014, na Lei Complementar Estadual nº 119/2012 e no Decreto Estadual nº 32.810/2018.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS VEDAÇÕES

21.1. É vedada a utilização de recursos transferidos para a execução de objeto diverso do pactuado e para pagamento de despesas com:

- a) taxa de administração, de gerência ou similar, salvo situações específicas previstas em regulamento.
- b) remuneração, a qualquer título, a servidor ou empregado público ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, por serviços de consultoria, assistência técnica, gratificação ou qualquer espécie de remuneração adicional.
- c) multas, juros ou correção monetária, referente a pagamentos e recolhimentos fora dos prazos, exceto quando decorrer de atraso na liberação de recursos financeiros, motivado exclusivamente pela Administração Pública.
- d) clubes, associações ou quaisquer entidades congêneres, cujos dirigentes ou controladores sejam agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigentes de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do gestor do órgão responsável para celebração da colaboração.
- e) publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, relacionadas com o objeto do instrumento, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades e servidores da Administração Pública, da organização da sociedade civil e do interveniente.
- f) bens e serviços fornecidos pela organização da sociedade civil e interveniente, seus dirigentes ou responsáveis, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

21.2. É vedado o pagamento de despesas referentes a ações executadas antes ou após a vigência do Termo de Colaboração, podendo o pagamento ser realizado, excepcionalmente, após a vigência do instrumento desde que a execução tenha se dado durante a vigência do mesmo, observados o limite do saldo remanescente e o prazo estabelecido no inciso I do Art. 55 da Lei Complementar Estadual n.º 119/2012.

21.3. É vedado o pagamento de despesas referentes a bens ou serviços que tenham sido adquiridos ou prestados antes ou após a vigência do instrumento da parceria.

21.4. É vedado o pagamento, a qualquer título, a pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais ou ocultação de bens, direitos e valores.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Na forma do Artigo 54, X, do Decreto Estadual nº 32.810/2018, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste termo, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o Foro de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

E, por estarem assim justas e de acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Fortaleza, de _____ de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretaria da Proteção Social
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

XXXXXXXXXX
 XXXXXXXXXXXXXXXX
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

TESTEMUNHAS:

1. _____
 CPF nº _____

2. _____
 CPF nº _____

PARAMETRIZAÇÃO - PROJETO ESTAÇÃO DO CUIDADO									
1. INSTALAÇÃO									
1.1. FOLHA DE PAGAMENTO									
1.1.1. Cargo/Função	Turno	Qtde.	Vlr. Unitário por cargo/função			Total	Mês	Ano	
			Sal. Base	ADC.NOT.	Vr. Função				
Gerente	Diurno	1	R\$ 4.300,00	-	R\$ 4.300,00	R\$ 4.300,00	12	R\$ 51.600,00	
Assistente Administrativo	Diurno	1	R\$ 3.000,00	-	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	12	R\$ 36.000,00	
Auxiliar Administrativo	Diurno	1	R\$ 2.600,00	-	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00	12	R\$ 31.200,00	
Psicólogo	Diurno	1	R\$ 3.200,00	-	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	12	R\$ 38.400,00	
Assistente Social	Diurno	1	R\$ 3.200,00	-	R\$ 3.200,00	R\$ 3.200,00	12	R\$ 38.400,00	
Enfermeiro	Diurno	1	R\$ 4.750,00	-	R\$ 4.750,00	R\$ 4.750,00	12	R\$ 57.000,00	
Redutor de Danos	Diurno	1	R\$ 1.800,00	-	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	12	R\$ 21.600,00	
Agentes Sociais de Rua	Diurno	6	R\$ 750,00	-	R\$ 750,00	R\$ 4.500,00	12	R\$ 54.000,00	
Serviços Gerais	Diurno	2	R\$ 1.500,00	-	R\$ 1.500,00	R\$ 3.000,00	12	R\$ 36.000,00	
Motorista	Diurno	1	R\$ 1.600,00	-	R\$ 1.600,00	R\$ 1.600,00	12	R\$ 19.200,00	
Vigilantes	Noturno	2	R\$ 1.500,00	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00	12	R\$ 43.200,00	
1.1. SUBTOTAL		18				R\$ 35.550,00		R\$ 426.600,00	
1.2. ENCARGOS SOCIAIS									
A - INSS (26,62%) S/ Vr Folha						R\$ 9.463,41	12	R\$ 113.560,92	
B - FGTS (8,0% S/ Vr Folha)						R\$ 2.844,00	12	R\$ 34.128,00	
C - PIS (1% s/ Vr Folha) e S/ 1/12 de 13 e 1/3 Férias						R\$ 395,00	12	R\$ 4.740,00	
D - 13o. Salário 01/12 (folha/12)						R\$ 2.962,50	12	R\$ 35.550,00	
E - Ferias 1/3 (33,33% s/folha /12)						R\$ 987,50	12	R\$ 11.850,00	
G - INSS (1/12 13o e 1/3 Férias /26,62%)						R\$ 1.051,49	12	R\$ 12.617,88	
H - FGTS S/ 1/3 de Férias (8,0% E)						R\$ 79,00	12	R\$ 948,00	
I - FGTS S/13o. Salário (8,0% D)						R\$ 237,00	12	R\$ 2.844,00	
J - VT (Vr VT x NVT x NP)-6% Desc Emp(p/mês)						R\$ 1.614,00	12	R\$ 19.368,00	
L - VA (Va (29,00) x (22) p/mês x nº Funcionários						R\$ 11.484,00	12	R\$ 137.808,00	
1.2. SUBTOTAL						R\$ 31.117,90		R\$ 373.800,80	
2. PREVISAO RESCISAO									
						Valor	Mês	Projeto	
2.1. Férias vencidas			1/12			2.962,50	12	35.550,00	
2.2. Multa rescisória			1/12			1.264,00	12	15.168,00	
2.3. Atestado médico ADM						627,00	12	7.524,00	
2.4. Atestado periódico									
2.5. Atestado médico DEM						627,00	12	7.524,00	
2.6. Exame toxicológico									
1.3. TOTAL						R\$ 5.480,50		R\$ 66.180,00	
TOTAL VANTAGENS E VENCIMENTOS								R\$ 850.372,80	
2- DESPESAS									
2.1 Serviço de Terceiros Pessoa Jurídica						Mês	Valor	PROJETO	
2.1.1 Serviços de monitoramento eletrônico						12	599,99	7.199,88	
2.1.2 Serviços gráficos e reprográficos						12	833,35	10.000,20	
2.1.3 Lavagem de roupas						12	5.833,35	70.000,20	
2.1.5 Locação de veículo (SEDAN 5 lugares - 2023/2024)						12	2.916,65	34.999,80	
2.2.3 Despesas com água e esgoto						12	2.500,00	30.000,00	
2.2.4 Controle de pragas						12	100,00	1.200,00	
2.2.5 Energia elétrica						12	850,00	10.200,00	
2.2.6 Telefonia (móvel)						12	300,00	3.600,00	
2.2. Material de Consumo						Mês	Valor	R\$ 18.353,02	
2.2.1 Material de expediente						12	1723,16	20.677,92	
2.2.2 Fardamento (camisa gola polo)						12	477,50	5.730,00	
2.2.3 Material para limpeza, saúde e higiene						12	10.646,92	127.763,04	
2.2.4 Água mineral (garraão de 20L)						12	624,00	7.488,00	
2.2.5 Serviço de Abastecimento (combustível)						1 (VB)	20.694,06	248.694,06	
TOTAL DAS DESPESAS								R\$ 349.553,10	
TOTAL VANTAGENS E VENCIMENTOS + DESPESAS								R\$ 1.198.925,90	
3. Despesas indiretas									
3.1 Despesas indiretas								R\$ 120.074,10	
VALOR TOTAL DO PROJETO								TOTAL	R\$ 1.320.000,00

Documento gerado em 09/12/2024, às 09:08:44, pelo sistema ADM-CONTAS, em conformidade com o Manual de Utilização do Sistema. Para conferir, acesse o sistema.



MATERIAL DE EXPEDIENTE

MATERIAL DE EXPEDIENTE					
MATERIAL DE EXPEDIENTE			MANUTENÇÃO/MÊS		
Nº	Discriminação	Unidade	Valor Unitário	Quant.	Valor Ano
1	Barbante	Rolo	R\$ 20,00	4	R\$ 80,00
2	Caixa arquivo, polionda, cores diversas, polietileno, dimensões 360x250x135mm, avulso 1.0	Unidade	R\$ 18,00	4	R\$ 72,00
3	Caixa c/ 2500 uni de copos plástico 200ml	Caixa	R\$ 130,00	6	R\$ 780,00
	Caixa c/ 5000 uni de copos plástico 50ml	Caixa	R\$ 171,60	10	R\$ 1.716,00
4	Caneta esferográfica, escrita fina, corpo material plástico transparente, carga em tubo plástico 130,5 mm, aproximadamente 140 mm, gravado no corpo marca do fabricante, esfera em tungstênio, tubo plástico, cores variadas, embalagem 1.0 unidade (50 und - azul)	Caixa	R\$ 60,00	6	R\$ 360,00
5	Caneta esferográfica, escrita fina, corpo material plástico transparente, carga em tubo plástico 130,5 mm, aproximadamente 140 mm, gravado no corpo marca do fabricante, esfera em tungstênio, tubo plástico, cores variadas, embalagem 1.0 unidade (50 und - preta)	Caixa	R\$ 60,00	6	R\$ 360,00
6	Lápis preto HB, caixa com 72 unidade	Caixa	R\$ 29,90	10	R\$ 299,00
7	Borracha escolar, caixa com 40 unidades	Caixa	R\$ 25,90	10	R\$ 259,00
8	Caneta marca texto, ponta fluorescente, amarela, caixa com 12 unidades	Caixa	R\$ 36,80	20	R\$ 736,00
9	Clips, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, nº 2/0, niquelado, aço, caixa 100.0 unidade .	Caixa c/ 100 und.	R\$ 10,00	8	R\$ 80,00
10	Clips, embalagem com identificação do produto, marca do fabricante, nº 4/0, niquelado, aço, caixa 100.0 unidade .	Caixa	R\$ 10,00	8	R\$ 80,00
11	Clips, embalagem com identificação do produto,marca do fabricante, aço, nº 6/0, para papel, niquelado, caixa 25.0 unidade	Caixa c/ 100 und.	R\$ 10,00	8	R\$ 80,00
12	Clips, embalagem com identificação do produto,marca do fabricante, aço, nº 8/0, para papel, niquelado, caixa 25.0 unidade	Caixa	R\$ 10,00	8	R\$ 80,00
13	Cola branca para papel	Litro	R\$ 18,00	4	R\$ 72,00
14	Cola de silicone bastão quente / fina	Unidade	R\$ 5,50	4	R\$ 22,00
15	Extrator de grampo	Und.	R\$ 7,20	20	R\$ 144,00
16	Fita adesiva, em papel madeira, gomada, dimensões 45mm x 50m, embalagem	Rolo	R\$ 18,00	4	R\$ 72,00
17	Fita adesiva, fabricada em celulose,rolo dimensão 50mm x 50m,transparente	Rolo	R\$ 22,00	4	R\$ 88,00
18	Grampeador 5777 – Genmes preto 20 para 50 folhas	Unidade	R\$ 45,00	4	R\$ 180,00
19	Grampo 26/6 – 5000 unidades	Caixa	R\$ 28,00	4	R\$ 112,00
20	Papel, alcalino A4, gramatura 75g/m2, alta alvura, dimensões 210 x 297mm	Resma	R\$ 26,00	16	R\$ 416,00
21	Pasta AZ com 7 cm de espessura	Und.	R\$ 24,00	1	R\$ 24,00
22	Pincel para quadro branco, recarregável, comprimento médio 10 cm, gravado no corpo marca do fabricante, cores variadas, ponta de feltro indeformável, sem resíduos ao apagar, avulso 1.0 unidade ou pincel para	Caixa	R\$ 33,00	1	R\$ 33,00
23	Pincel para quadro branco, recarregável, comprimento médio 10 cm, gravado no corpo marca do fabricante, cores variadas, ponta de feltro indeformável, sem resíduos ao apagar, avulso 1.0 unidade ou pincel para	Caixa	R\$ 33,00	1	R\$ 33,00
24	Pincel para quadro branco, recarregável, comprimento médio 10 cm, gravado no corpo marca do fabricante, cores variadas, ponta de feltro indeformável, sem resíduos ao apagar, avulso 1.0 unidade ou pincel para	Caixa	R\$ 33,00	1	R\$ 33,00
25	Porta objetos, acrílico, dimensões 12 x 13,5 cm, caneta, lápis, clips e papel, cor cristal, caixa 1.0 unidade	Unidade	R\$ 26,00	10	R\$ 260,00
26	Régua, incolor, material plástico, graduada , dimensão 30 cm, subdivisão	Unidade	R\$ 4,40	1	R\$ 4,40
27	Tesoura, anatômico, cabo plástico, tamanho mínimo 20cm, embalagem	Unidade	R\$ 20,00	1	R\$ 20,00
28	Cartolina comum cores diversas	Unidade	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
29	cartolina duplex cores diversas	Unidade	R\$ 3,00	100	R\$ 300,00
30	cartolina dupla face cores diversas	Unidade	R\$ 2,50	100	R\$ 250,00
31	Cola colorida com 6 unidades cores diversas	Unidade	R\$ 9,75	50	R\$ 487,50
32	cola de isopor	Unidade	R\$ 7,45	30	R\$ 223,50
33	fita decorativa cores diversas 30x30	Unidade	R\$ 12,75	10	R\$ 127,50
34	folhas de EVA 40x48 cores diversas	Unidade	R\$ 3,75	60	R\$ 225,00
35	Folhas de EVA 40x48 com glitter cores diversas	Unidade	R\$ 9,00	30	R\$ 270,00
36	papel celofone cores diversas	Unidade	R\$ 3,00	50	R\$ 150,00
37	papel crepon cores diversas	Unidade	R\$ 1,65	50	R\$ 82,50
38	papel laminado cores diversas	Unidade	R\$ 1,30	50	R\$ 65,00
39	papel madeira	Unidade	R\$ 1,50	50	R\$ 75,00
40	papel seda cores diversas	Unidade	R\$ 0,65	50	R\$ 32,50
41	giz de cera caixa com 12 unidades	Unidade	R\$ 8,00	50	R\$ 400,00
42	lapis de cor grande 12 cores	Unidade	R\$ 5,74	60	R\$ 344,40

43	TNT 40g m² cores diversas	Unidade	R\$ 7,99	50	R\$ 399,50
45	Pincel nº8	Unidade	R\$ 4,50	50	R\$ 225,00
46	Pincel Nº10	Unidade	R\$ 4,90	20	R\$ 98,00
47	Pincel Nº 16	Unidade	R\$ 5,50	20	R\$ 110,00
48	Tinta guache 250ml cores diversas	Unidade	R\$ 13,81	200	R\$ 2.762,00
49	Pincel para quadro branco, caixa com 4 unidades	Unidade	R\$ 19,90	30	R\$ 597,00
50	Chaveiro, material alumínio, tamanho 2,50 x 4, aplicação identificação chaves, características adicionais área livre porta etiqueta 3,5 com x 2 cm. Cores sortidas. Padrão de qualidade igual ou superior a Acrimet. Caixa com 200	Caixa	R\$ 131,50	2	R\$ 263,00
51	Tela de pintura 10x15, caixa com 5	caixa	R\$ 34,10	10	R\$ 341,00
52	Kit 10 Telas De Pintura 30x40 Prontas Para Uso 100% Algodão	Caixa	R\$ 128,15	5	R\$ 640,75
53	Elastico Em Latex Numero 18 Pacote Com 120 Unidades	Pacote	R\$ 16,90	10	R\$ 169,00
54	Corretivo líquido a base de água, frasco com aproximadamente 18 ml. Fórmula à base de água: sem odor, não tóxico e seguro para crianças. Não prejudica o meio ambiente. Padrão de qualidade igual ou superior a Bic. Caixa com 12	Caixa	R\$ 69,99	5	R\$ 349,95
55	Fita adesiva, material polipropileno transparente, tipo monoface, largura 12mm, comprimento 50m. Caixa com 4 unidades	Caixa	R\$ 36,03	30	R\$ 1.080,90
56	Fita crepe, adesiva, tamanho: 19 mm x 50 m. kit com 12 unidades	Caixa	R\$ 78,00	3	R\$ 234,00
57	Prancheta A4, 330 mm x 230 mm. Fabricada em fibra pp, formato A4, cor fumê, prendedor de plástico. Altura: 330 mm, largura: 230 mm, espessura: 3,2 mm. Padrão de qualidade igual ou superior a Acrimet.	unidade	R\$ 13,50	30	R\$ 405,00
58	Saquinho Saco Para Geladinho, Gourmet Pe 6x35 0,04 C/2000un	Pacote	R\$ 200,17	15	R\$ 3.002,55
59	Livro de protocolo, papel off-set, com 100 folhas, comprimento de 160 x 220 mm (CxL), capa dura, com folhas pautadas e numeradas sequencialmente, material capa papelão, gramatura folhas 54g. pacote com 5 unidades	Caixa	R\$ 78,02	1	R\$ 78,02
60	Pasta plastificada para folhetos, lombo largo, tamanho officio, com 50 plásticos.	Unidade	R\$ 18,99	5	R\$ 94,95
61	Apagador par quadro branco	Unidade	R\$ 14,90	10	R\$ 149,00

TOTAL					-	R\$ 20.677,92
--------------	--	--	--	--	----------	----------------------

Documento assinado eletronicamente por: LIDIANE NOGUEIRA FERREIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:39:45. Código ID: 101-6EBE-451-73D9. Para conferir, acesse o site https://suite.ce.gov.br/validar-documento



MATERIAL DE LIMPEZA					
Nº	Discriminação	Unidade	Valor Unitário	Quant.	Valor-Ano
1	Água sanitária para limpeza geral (bombona com 5	Und.	R\$ 15,00	60	R\$ 900,00
2	Álcool gel, 70% (bombona com 5 litros)	Und.	R\$ 42,00	32	R\$ 1.344,00
3	Balde Plástico com bico, com alça, capacidade 15	Und.	R\$ 40,00	12	R\$ 480,00
4	Balde plástico sem bico com alça capacidade 8L.	Und.	R\$ 21,00	12	R\$ 252,00
5	Desinfetante sanitário em pedra Lavanda	Unid.	R\$ 9,00	24	R\$ 216,00
6	Detergente clorado – desinfetante e desinfecção, para uso geral, remoção de gorduras e limo (bombona c/ 5 litros)	Und.	R\$ 60,80	12	R\$ 729,60
7	Escova limpeza de louças e panelas – cabo emborrachado, contém 1 dispenser, 1 escova, 1 esponja	Und.	R\$ 32,60	2	R\$ 65,20
8	Escova Sanitária com suporte	Unidade	R\$ 45,00	12	R\$ 540,00
9	Escovão de limpeza pesada, cerdas dura e de nylon, cabo emborrachado	Unid.	R\$ 35,15	12	R\$ 421,80
10	Esponja Dupla Face-pacote	Pct. C/ 10 unids.	R\$ 19,80	12	R\$ 237,60
11	Flanela - 28cm x 48cm	Unid.	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
12	Guardanapo de Papel Folha Simples 20 x 23cm	Pacote	R\$ 1,20	24	R\$ 28,80
13	Pã coletora de lixo individual, cabo articulado em	Unidade	R\$ 36,90	12	R\$ 442,80
14	Pano multiuso 28x50 c/ 600 panos azul (rolo)	Und.	R\$ 160,00	12	R\$ 1.920,00
15	Panos de chão Alvejado Grande 45x70 – kit com 10	Unid.	R\$ 3,00	50	R\$ 150,00
16	Papel higiênico com folha dupla, 30 cm rolo (pct.	Und.	R\$ 62,00	50	R\$ 3.100,00
17	Papel toalha interfolha, 3 dobras para uso da cozinha	Und.	R\$ 94,00	100	R\$ 9.400,00
18	Purificador de Ar – Aerossol	Unid.	R\$ 12,00	36	R\$ 432,00
19	Sabão em pó – 500g	Unid.	R\$ 3,00	220	R\$ 660,00
20	Amaciante Líquido, 5l	Und	R\$ 9,00	170	R\$ 1.530,00
21	Sabonete antisséptico e bactericida para as mãos (bombona c/ 5 litros)	Und.	R\$ 49,90	80	R\$ 3.992,00
22	Saco para lixo 120 litros na cor preta, reforçado (pct.	Und.	R\$ 82,00	15	R\$ 1.230,00
23	Saco para lixo, reforçado, 80 litros (pct. Com 100	Und.	R\$ 52,00	25	R\$ 1.300,00
24	Saco plástico reforçado, na cor preta cap. 30 litros	Und.	R\$ 52,00	25	R\$ 1.300,00
25	Saco plástico reforçado, na cor preta, cap. 15 litros	Und.	R\$ 52,00	25	R\$ 1.300,00
26	Saponáceo – cremoso, concentrado para limpeza pesado, multiuso (bombona com 5 litros)	Und.	R\$ 62,00	30	R\$ 1.860,00
27	Vassoura noviça multiuso, dimensões: 31,50 x 19 cm x 6,5 cm.	Und.	R\$ 27,00	20	R\$ 540,00
28	Vassoura Pelo Sintetico 30cm Base E Cabo De	Unid.	R\$ 27,00	20	R\$ 540,00
29	Rodo Máxima Aderência com Cabo P	Und.	R\$ 25,00	20	R\$ 500,00
30	Vassoura piaçava (área externa) fio de nylon, cabo	Unid.	R\$ 33,00	20	R\$ 660,00
TOTAL				-	R\$ 36.281,80

Documento assinado eletronicamente por LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:38 (hora local do Estado do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.902 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site https://suiteajudicial.tce.ce.gov.br



Nº	Discriminação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
4	ESCOVA DENTAL, MATERIAL CERDAS NÁILON, MATERIAL CABO ARAME, TIPO CABO CÔNICO, COR BRANCA, APLICAÇÃO ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS INTERDENTAL/CÔNICA FINA	Unid.	500	R\$ 2,00	1.000,00
5	CREME DENTAL, COM FLÚOR, AÇÃO BACTERIANA, BISNAGA 90G. EMBALAGEM PLÁSTICA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR: RÓTULO INDICANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, DADOS DO	Unid.	100	R\$ 3,00	300,00
6	SABONETE LÍQUIDO, 5L	Unid.	1.000	R\$ 15,00	15.000,00
7	XAMPU, TIPO NEUTRO, APLICAÇÃO ADULTO, CABELOS NORMAIS, 5L	Unid.	1.000	R\$ 20,00	20.000,00
8	CONDICIONADOR CABELOS, TIPO USO DIÁRIO, APLICAÇÃO CABELOS NORMAIS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM VITAMINA B5, 5L	Unid.	1.000	R\$ 20,00	20.000,00
9	PENTE DE CABELO, MATERIAL PLÁSTICO, MODELO CABO, DENTES FINOS, TAMANHO GRANDE, TIPO DENTES PRÓXIMOS, PACOTE COM 24 UNIDADES	Pacote	12	R\$ 15,90	190,80
10	APARELHO BARBEAR, TIPO DESCARTÁVEL, MATERIAL LÂMINA LÂMINA AÇO INOX, QUANTIDADE LÂMINAS 2 LÂMINAS UN, MATERIAL CABO CABO PLÁSTICO, pacote com 2 unidades	Pacote	2.500	R\$ 2,00	5.000,00
11	DESODORANTE, USO PESSOAL, EM SPRAY, FRAGRÂNCIA VARIADA, FRASCO 90ML, FÓRMULA DERMATOLÓGICAMENTE TESTADA. EMBALAGEM PLÁSTICA. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR: RÓTULO INDICANDO DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE, DADOS DO FABRICANTE, MARCA, PRECAUÇÕES, COMPOSIÇÃO DO PRODUTO	Unid.	500	R\$ 5,00	2.500,00
12	TOALHA DE BANHO	Und	1.000	R\$ 5,00	5.000,00
TOTAL GERAL					R\$ 68.990,80

MATERIAIS GRÁFICOS

PESSOA JURÍDICA – SERVIÇOS GRÁFICOS E REPOGRÁFICOS

Nº	Discriminação	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	Pessoa Jurídica – Serviços Gráficos e Reprográficos (cartilhas, panfletos, cartazes e informes)	Serviços	12	833,35	10.000,20

Documento assinado eletronicamente por: LIDIANE NOGUEIRA REBOUCAS em 20/09/2024, às 16:39 SANDRO CAMILO CARVALHO em 20/09/2024, às 16:38 (hoi Município do Ceará), conforme disposto no Decreto Estadual nº 34.097, de 8 de junho de 2021. Para conferir, acesse o site <https://suite.ce.gov.br/validar-documento> e informe o código 1DF1-6EBE-45F1-73D9.